

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Programa de Pós-graduação em História

**História das Ideias na Ciência:  
Horizontes de uma Pesquisa Historiográfica**

DEBORAH CRISTINE SILVA GOMES

BELO HORIZONTE

2014

DEBORAH CRISTINE SILVA GOMES

**História das Ideias na Ciência:  
Horizontes de uma Pesquisa Historiográfica**

Texto apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Lúcio Leitão Condé

BELO HORIZONTE

2014

112.109 Gomes, Deborah Cristine Silva  
G633h História das ideias na ciência [manuscrito] : horizontes  
2014 de uma pesquisa historiográfica / Deborah Cristine Silva  
Gomes. - 2014.  
99 f.  
Orientador: Mauro Lúcio Leitão Condé.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Koselleck, Reinhart, 1923- 2. História – Teses. 3. Ciência – História - Teses. 4. Idéia (Filosofia) – Teses. 5. Conceitos – História - Teses. I. Condé, Mauro Lúcio Leitão. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida pela aluna **Deborah Cristine Silva Gomes**, intitulada “**História das Ideias na Ciência: Horizontes de uma Pesquisa Historiográfica**”, no dia 27 de maio de 2014 e aprovada, pela banca examinadora constituída pelos professores:

*Mauro L. L. Condé*

---

**Prof. Dr. Mauro Lúcio Leitão Condé - Orientador**  
Universidade Federal de Minas Gerais

*Jose Carlos Reis*

---

**Prof. Dr. José Carlos Reis (UFMG)**  
Universidade Federal de Minas Gerais

*Carlos Alvarez Maia*

---

**Prof. Dr. Carlos Alvarez Maia (UERJ)**  
Universidade Estadual de Minas Gerais

*Com todo amor,  
para Bruninha,  
cuja força e  
generosidade  
me inspiram todos os dias.*

*Com toda saudade,  
para Yossef.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço

Aos meus pais, Márcio e Cristina, pelo amor e apoio incondicionais.

Ao Professor Mauro Condé, que tive a sorte de ter como orientador, sempre paciente e generoso, desde o início da graduação.

Aos Professores José Carlos Reis, Carlos Alvarez Maia e Luiz Arnaut pelas contribuições valiosas durante a minha formação.

Aos queridíssimos e lindos Cássio, Lilia, Cris, Wanessam, Fabrícia, Leandro, Kórian e Saulo pela amizade, apoio e paciência nesta e noutras caminhadas.

Aos colegas do *Scientia*.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.

Este trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq – Brasil.

## RESUMO

O presente trabalho pode ser definido como um exercício metodológico e tem como inspiração uma aproximação entre história das ciências e teoria da história. O caminho utilizado para promover esse encontro foi uma releitura da chamada história das ideias científicas a partir da conciliação entre a metodologia da história dos conceitos, idealizada pelo historiador alemão Reinhart Koselleck, e as mais recentes pesquisas no campo dos estudos metacientíficos. Pretende-se por meio dessa releitura apontar um possível novo caminho para a pesquisa em história das ideias científicas.

**Palavras-chave:** História das Ciências, História das Ideias, Reinhart Koselleck.

## **ABSTRACT**

The present work can be defined as a methodological exercise and its inspirations is to bring closer together history of sciences and theory of history. The chosen approach to promote this encounter was a review of the so called history of scientific ideas through the conciliation between the methodology of the history of concepts, idealized by Reinhart Koselleck, and the most recent researches in the field of the meta-scientific studies. Through this review we intend to point out a new path to the history of scientific ideas research.

**Keywords:** History of Science, History of Ideas, Reinhart Koselleck.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**QUADRO I – PROCESSO DE TEORIZAÇÃO: O SURGIMENTO DE UM CONCEITO**

---

**56**

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I - I - RELENDO A HISTÓRIA DAS IDEIAS (OU PORQUE RETOMAR UM VELHO TEMA)</b>	<b>16</b>
<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	<b>16</b>
1.1 <b>O AUGUE E A QUEDA DO PAR CONCEITUAL INTERNALISMO/EXTERNALISMO</b>	<b>17</b>
1.2 <b>OS ESTUDOS METACIENTÍFICOS E A VIRADA LINGUÍSTICA</b>	<b>27</b>
1.3 <b>AS TRANSFORMAÇÕES DA HISTÓRIA DAS IDEIAS NO SÉCULO XX</b>	<b>38</b>
<b>CAPÍTULO II - HISTÓRIA CONCEITUAL: ESTRATÉGIAS FUNDAMENTAIS DE PESQUISA</b>	<b>47</b>
<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	<b>47</b>
2.1 <b>UM MÉTODO E SUAS POSSIBILIDADES</b>	<b>49</b>
2.2 <b>TEMPORALIDADE - UMA PRÉ CONDIÇÃO DA HISTÓRIA</b>	<b>59</b>
2.3 <b>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTUDO DA LINGUAGEM</b>	<b>73</b>
2.4 <b>PENSANDO OS CONCEITOS NO ESTUDO DAS CIÊNCIAS</b>	<b>77</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>93</b>

## Apresentação

Este trabalho é um exercício de reflexão metodológica. Felizmente, nos dias de hoje, muito tem se falado sobre a necessidade de se questionar os cânones das ciências naturais, principalmente suas pretensões à verdade científica como algo em si mesmo, como um valor absoluto. No entanto, pouco se fala sobre *como* fazer esse tipo de pesquisa dentro da disciplina história, ou seja, utilizando-se de seus métodos e teorias. Contribuir com esse debate, aventando uma das inúmeras possibilidades de pesquisa da história das ciências, é a nossa pretensão.

Em seu artigo "Por uma História das Ciências Efetivamente Histórica" (1992), o historiador Carlos Alvarez Maia, descreve em linhas gerais o quadro epistemológico e institucional então apresentado pela História das Ciências. Baseando-se em seu diagnóstico, o autor pronuncia uma convocação geral aos historiadores, bem como aos demais interessados na metaciência, pedindo-lhes para que se utilizem do rico instrumental teórico e metodológico produzido pelas ciências humanas nas últimas décadas (em especial a história e a sociologia), para tratar do objeto ciência em toda a sua complexidade. Segundo Maia, só então seria possível afastar a História das Ciências das falácias do cientificismo e, assim, trazer as ideias científicas de volta ao tempo, isto é, tornar inteligível todo o emaranhado sociocultural que envolve o fazer científico, percebendo-o como um produto de homens e mulheres localizados e condicionados pelo espaço/tempo histórico ao qual pertencem.

Tendo por base as publicações mais recentes em história das ciências, conteúdo disciplinar dos cursos e colóquios nacionais, nos parece que a teoria da História e a

História das Ciências ainda não estabeleceram o intercâmbio que poderiam ou deveriam estabelecer.

Em sua avaliação do cenário acadêmico atual e das perspectivas para a produção em História das Ciências no país, a historiadora Maria Amélia Dantes analisou as comunicações apresentadas no penúltimo congresso (2010) da Sociedade Brasileira de História da Ciência, a SBHC. Em um balanço no geral bastante otimista sobre a amplitude e variedade de temas, especialmente no que diz respeito às pesquisas em História das Ciências no Brasil, Dantes chama a atenção para a pequena presença de debates metodológicos, com apenas um simpósio dedicado à questão (DANTES, 2011).

Já no último congresso da SBHC (2012) notamos um tímido aumento nas comunicações voltadas para debates teórico-metodológicos, no entanto a quase completa ausência de pesquisas historiográficas que vinculem História e História das Ciências, ainda salta aos olhos.<sup>1</sup>

Diante desse quadro, nos parece que o desafio de ampliar as possibilidades de intercâmbio entre a teoria da História e a História das Ciências ainda se coloca. E a aparente tautologia (o leitor poderia se perguntar: “é mesmo preciso esclarecer que história das ciências é história, e que, portanto deve ter os mesmos ‘pré-requisitos’ metodológicos?”) se dissolve, pois a escassez de debates historiográficos em meios às publicações e colóquios de História da Ciência é um argumento em si mesmo e chama a atenção do historiador atento para a necessidade de mais discussões a respeito desse frequente desencontro entre os métodos da História e os da História da Ciência.

---

<sup>1</sup> Sociedade Brasileira de História da Ciência, Caderno de Resumos do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, GUALTIERI, R. C. E. (org.), São Paulo: EACH/USP, 2012.

Desta maneira, tal desafio nos parece estimulante, e nossa proposta pertinente, pois visa oferecer ao historiador da ciência mais uma possibilidade de ferramental teórico e metodológico que esteja afinado com as correntes historiográficas mais atuais e relevantes. O que propomos então com essa reflexão é um passo anterior à pesquisa, é um recuo voltado à reflexão teórico-metodológica, ao instrumental que os teóricos da história têm a oferecer ao chamado historiador de arquivo, ampliando e refinando sua escrita e pesquisa históricas (que papel mais importante poderia ter a teoria?).

Este trabalho é, no que tange à disciplina História, uma tentativa de atender à convocação feita pelo professor Maia. Ele assim o faz no sentido de que busca contribuir ampliando a discussão e propondo soluções para a necessidade de mais estudos de História das Ciências que sejam efetivamente históricos ou, nas palavras do professor, que tenham “critérios e parâmetros conceituais que promovam uma base teórico-metodológica para [...] constituírem-se como atividade efetivamente integrada ao território da disciplina história” (MAIA, 2013, p.22).

Fica claro que várias possibilidades de aproximação entre os métodos da historiografia atual e os estudos metacientíficos seriam possíveis. Assim, como estratégia de pesquisa e exposição, escolhemos um tema a ser trabalhado: a história das ideias científicas.

Desta forma, no primeiro capítulo intitulado “Relendo a História das Ideias (ou porque retomar um velho tema)” nosso primeiro passo na tentativa de responder ao desafio acima proposto será à investigação do percurso da História das Ideias no século XX dentro dos estudos da História das Ciências e do campo *mainstream* da historiografia (ou história *tout court*).

Em nossa opinião, rediscutir a possibilidade da escrita atual de uma história das ideias não apenas propicia novas respostas para velhos problemas, como contribui para sedimentar a legitimidade da história das ciências em meio aos estudos historiográficos: todo objeto do conhecimento é passível de história, inclusive os objetos cognitivos das ciências.

Ainda assim, poderíamos ser (e provavelmente o seremos) questionados em alguns pontos: o estudo histórico de conceitos científicos não teria a sua legitimidade ameaçada pelo relativismo epistêmico? Priorizar o estudo de conceitos não significaria adotar uma perspectiva (já datada e superada) “internalista” da história da ciência? A visão da ciência como prática não impediria uma abordagem conceitual da mesma?

Acreditamos que essas questões se mostram como falsos problemas quando são diluídas por outra e mais relevante questão: o que os métodos historiográficos atuais têm para contribuir na elaboração de uma história das ideias científicas efetivamente integrada à disciplina história?

Para fortalecer o nosso argumento de que metodologias historiográficas podem oferecer boas respostas aos problemas atuais das metaciências, o nosso próximo passo será, no segundo capítulo intitulado “História Conceitual: Estratégias Fundamentais de Pesquisa”, a apresentação de uma metodologia que acreditamos ser adequada para a (re)escrita atual da história das ideias científicas, a saber, a metodologia da História dos Conceitos concebida pelo historiador alemão Reinhart Koselleck.

Reinhart Koselleck (1923-2006), reconhecidamente um dos mais eruditos historiadores do nosso tempo, contribuiu de maneira significativa para a teoria da história. A opção pela leitura crítica de seu trabalho para a compreensão das possibilidades e

proposições de uma história dos conceitos se deve ao papel central que teve o autor na elaboração teórico-metodológica dessa abordagem historiográfica.

Em oposição a uma história das ideias imutáveis, de formulações intelectuais “descarnadas”<sup>2</sup>, Koselleck afirma que as ideias, assim como a linguagem por meio da qual se expressam, são produto de contextos históricos determinados, cada utilização de um termo é um uso específico de linguagem. Em uma primeira análise, essa ênfase historicista na singularidade do evento histórico parece colocar em risco a própria realização dessa proposta historiográfica, pois ao reconhecer que cada termo é um ato único de fala, estar-se-ia assim declarando a impossibilidade de constituição do seu percurso diacrônico. No entanto, a história dos conceitos não lida com termos “comuns” e sua análise não se restringe à sincronia, a ela soma-se uma análise diacrônica em busca de continuidades e descontinuidades da semântica histórica. Acima de tudo, é preciso compreender que na teoria koselleckiana a categoria “conceito” tem um significado muito específico.

O objetivo dessa imersão metodológica na história conceitual alemã é discutir as possibilidades de *aplicação* do método desenvolvido por Koselleck. Podemos dizer que é um olhar instrumental que busca lançar as bases para reflexões a respeito do horizonte possível de pesquisa para uma história dos conceitos científicos.

Ao longo do capítulo defenderemos a tese de que os métodos da história dos conceitos de Koselleck proporcionam, através do estudo conceitual, uma possibilidade de interpretação das estruturas sociais, um ponto de convergência entre linguagem e sociedade. No entanto, a parceria que Koselleck estabelece com a perspectiva ampla de uma história social não é uma prerrogativa do método. Acreditamos que a metodologia desenvolvida pelo autor pode ser aplicada em abordagens históricas mais específicas,

---

<sup>2</sup> Termo que aparece no contexto das críticas às histórias das ideias pela primeira vez em L. Febvre, mas acabou se tornando comum entre os demais e mais variados críticos dessa vertente.

especialidades como a história da ciência, a qual poderia se beneficiar de uma análise dos conceitos que faria emergir não apenas as mudanças linguísticas ocorridas dentro de um determinado recorte disciplinar, espacial ou geográfico, mas, por meio dessas, uma percepção ampla das transformações dos principais conteúdos específicos, bem como tradições e perspectivas condicionadas pelo quadro cultural mais amplo que o historiador busca investigar. É a partir dessa premissa que propomos o diálogo da história dos conceitos com a epistemologia da ciência.

Por fim, é importante dizer que não existem formulas infalíveis para a escrita de uma “boa história da ciência”, muito menos um conceito fechado do que seria uma boa prática historiográfica. No entanto, uma tentativa permanente de aperfeiçoar as práticas de pesquisa faz parte do ofício de historiador, assim como do ofício de qualquer outro cientista, social ou natural. Essa importante e laboriosa “afiação de ferramentas” ou “afinação de instrumentos” historiográficos sempre chamou a nossa atenção, e é a isso que dedicamos a nossa escrita.



## **I - Relendo a História das Ideias (ou porque retomar um velho tema)**

### **Considerações Iniciais**

Voltemo-nos um momento para o quadro apresentado por Maia em seu artigo de 1992. Nesse, o autor reclamava a ausência entre nós de historiadores profissionais no campo da história das ciências, o que, em sua opinião, acarretava na predominância de "histórias" científicas, cumulativas, supostamente objetivas, que pareciam afirmar a ahistoricidade do conhecimento científico. Por outro lado, aqueles historiadores que se aventuravam no estudo das ciências, não se arriscavam a tocar no conteúdo científico, dedicando-se apenas à análise da forma, isto é, das instituições produtoras de ciência e suas articulações políticas e econômicas; mas ainda assim, muito timidamente, muito distantes das já então volumosas e vigorosas pesquisas sociológicas e antropológicas voltadas para as ciências (MAIA, 1992).

Mais de vinte anos depois o quadro certamente se modificou. Mas sob que aspectos? Que elementos permaneceram e quais surgiram ou foram modificados? Do ponto de vista institucional, podemos dizer que ocorreu uma mudança significativa: nas últimas décadas houve um crescimento expressivo do número de profissionais da história da ciência, o número de programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa se multiplicou por todo o país.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a chamada Sociologia do Conhecimento Científico foi intensamente absorvida por nossos autores e a nascente História Social das Ciências difundida de forma ampla. Com um olhar voltado para as instituições e

negociações sociais, agora em grande parte alocados nos departamentos de história, os pesquisadores exploram os diversos e complexos intercâmbios dos saberes, tanto sincrônica quanto diacronicamente, analisam a produção científica como o produto de uma comunidade socialmente instituída e legitimada, se debruçam sobre objetos múltiplos que não fazem mais parte do antigo quadro de heróis das ciências, mas, ao contrário, muitas vezes se destacam por sua marginalidade, seja ela disciplinar (do ponto de vista historiográfico) ou científica (do ponto de vista histórico).

O intenso intercâmbio atual entre história e os chamados *Science Studies* (constituídos maioritariamente pela sociologia e a antropologia do conhecimento científico) pode ser compreendido observando-se o percurso das principais questões que estiveram em destaque nos estudos metacientíficos desde o início do século passado.

### **1.1 O auge e a queda do par conceitual Internalismo/Externalismo**

No centro dos debates ocorridos nas primeiras décadas do século XX estava a querela entre aqueles que defendiam uma análise dos aspectos internos à ciência (isto é, das ideias, ou conceitos, propriamente ditos) ou externos a ela (dos meios socioeconômicos e institucionais de produção da ciência). Os trabalhos que participaram do que se convencionou chamar de “querela internalismo/externalismo” foram fortemente influenciados pelo Círculo de Viena (neopositivistas ou empiristas lógicos), e por seu interlocutor em Berlim, Hans Reichenbach – autor da amplamente difundida “divisão de contextos” (contextos da descoberta e da justificação).

Em um primeiro momento, as pesquisas “internas” ficaram, em grande medida, a cargo de filósofos e cientistas influenciados pelos neopositivistas; tais filósofos percebiam

os conceitos científicos como parte de um sistema lógico fundamentado na observação; nessa perspectiva um conceito só tinha significado se fosse passível de verificação empírica.

No entanto, por volta da década de 30, a chamada história das ideias científicas, isto é, a história voltada para os aspectos internos, sofreu uma importante reformulação.

A chamada “nova filosofia da ciência” questionou a separação entre linguagem teórica e empiria na formação de conceitos científicos, uma vez que passou a considerar que a observação empírica é impregnada pelas concepções teóricas do observador. Desta forma, os pilares do neopositivismo foram abalados e um novo espaço se abriu para novas percepções do fazer científico.

Aliada a essa concepção filosófica, surgia também uma nova leitura histórica do desenvolvimento científico. Para Foucault (1997), nas primeiras décadas do século passado a história passou a ressignificar o conceito de descontinuidade. O que era antes o obstáculo da narrativa histórica, portanto deveria ser suprimido e superado por ela, passou a ser incorporado ao discurso. O descontínuo foi então instrumentalizado, tornou-se um conceito teórico e metodológico capaz de determinar objeto e contexto e auxiliar na validação da análise. Na história das ideias não foi diferente, sendo até mesmo mais evidente o deslocamento conceitual. Os “fenômenos de ruptura” foram incorporados por autores como G. Bachelard e G. Canguilhem preocupados em desconstruir uma noção que identifica a ciência com um acúmulo infinito de conhecimentos ligados em uma cadeia de racionalidade. Em busca de *limiares*, *deslocamentos* e *transformações* conceituais e epistemológicas, ambos os autores efetivaram uma importante mudança na maneira de significar e narrar as ciências (FOUCAULT, 1997).

Em vez de procurar as contribuições permanentes de uma ciência mais antiga para a nossa perspectiva privilegiada, eles procuraram apresentar a integridade histórica daquela ciência, a partir de sua própria época. [...] Vista através das obras que daí resultaram, cujo melhor exemplo talvez sejam os escritos de Alexandre Koyré, a ciência não parece em absoluto ser o mesmo empreendimento que foi discutido pelos escritores da tradição historiográfica mais antiga (KUHN, 2007, p. 21-22).

Assim como aponta Kuhn, o trabalho do historiador russo Alexandre Koyré foi de extrema importância para a história da ciência no século XX. O autor trabalhou na França e nos Estados Unidos, entre as décadas de 1940 e 1960, onde suas ideias contribuíram significativamente para a constituição da história das ciências como disciplina autônoma.

Koyré se dedicou à análise da transformação das disposições mentais que possibilitaram a chamada Revolução Científica da Modernidade e a minuciosos estudos das estruturas conceituais do trabalho de cientistas como Newton e Galileu, formulando uma historiografia que ficou conhecida por sua forte inclinação idealista. No entanto, para autores como Stump "a imagem idealizada e completamente internalista que é normalmente atribuída a ele, não faz justiça ao seu trabalho histórico" (STUMP, 2001, p.250, tradução nossa).

Contudo, Stump deixa claro que a tentativa de alguns autores de colocarem Koyré no hall dos fundadores da sociologia do conhecimento científico é no mínimo forçada e tira consequências extremas do entendimento que o autor tinha acerca da produção de conhecimento científico. Além disso, tal concepção vai contra a imagem que o próprio Koyré dizia ter de seu trabalho. No entanto, se analisarmos o lugar que o contexto intelectual mais amplo (isto é, o imaginário para além do pensamento científico, ou em suas palavras, os fatores *transcientíficos*) tem em sua obra, a imagem que se construiu de Koyré como um puro internalista, cai por terra (STUMP, 2011).

Além da impressionante riqueza de detalhes de suas análises históricas, Koyré nos deixou um importante legado epistemológico. A relação de mútua influência que o autor russo estabeleceu entre o corpo teórico matematizável e experimentalmente testado da ciência com as concepções não científicas de mundo, foram fundacionais para uma nova compreensão dos processos pelos quais se dá a formação do conhecimento científico. Em outras palavras, a percepção que Koyré tinha de que fatores extracientíficos (como a filosofia, a religião e a metafísica) são fundamentais para a formulação das concepções mais basilares das ciências, pavimentaram o caminho para a concepção social do conhecimento científico que foi elaborada anos mais tarde (STUMP, 2001).

Apesar do novo fôlego teórico, a chamada história das ideias não ganhou força disciplinar. Os trabalhos dos autores acima foram criticados como idealistas e descartados pela impactante Sociologia da Ciência, cujo expoente foi o sociólogo norte-americano Robert King Merton. Para Merton a ciência tem um modo próprio de ser, um “ethos característico”, no entanto se constitui como uma instituição social passível de análise funcional.

Segundo Vergara, essa investigação sociológica de caráter empírico tinha como principal objetivo investigar as razões pelas quais as ciências ocupam um lugar privilegiado dentre as demais instituições sociais produtoras de conhecimento (VERGARA, 2008). Desta forma, veio da Sociologia o próximo passo em direção à compreensão histórica das ciências.

Além dos seguidores de Merton, se dedicaram às análises *externas* alguns autores marxistas como Boris Hessen e John Desmond Bernal. Pode-se dizer que os chamados externalistas se dedicaram, de uma forma geral, ao estudo das instituições produtoras de ciência e das articulações econômicas e políticas ligadas a elas.

Resta dizer que os vigorosos estudos de sociologia da ciência relegaram a segundo plano não apenas os estudos internalistas, mas também deixaram pouco espaço para leituras filosóficas e epistemológicas da ciência como o importante e ainda atual trabalho de Ludwik Fleck, que retomaremos mais adiante.

Isso não significa dizer que trabalhos voltados para os conceitos e teorias científicas tenham se extinguido por completo. Vertente desprestigiada entre os historiadores, esse tipo de história continuou, e ainda hoje permanece sendo, elaborada em grande medida nos departamentos onde se pratica a disciplina que é também seu objeto: a história dos conceitos da química é feita pelos químicos, dos conceitos matemáticos pelos matemáticos e etc. Como consequência, suas técnicas de pesquisa e teorias continuam sendo aquelas do início do século, isto é, são concebidas e escritas nos mesmos moldes cientificistas ahistóricos. Naturalmente, esse tipo de trabalho segue desprestigiado aos olhos dos cientistas sociais e demais pesquisadores preocupados em construir uma concepção histórica e social da produção do conhecimento científico.

A grande guinada sociológica dos estudos metacientíficos se deu na segunda metade do século XX. Em meados da década de 70, outra proposta de estudos sociológicos da ciência desafiou e por fim substituiu o programa mertoniano. O chamado Programa Forte de Sociologia da Ciência, liderado por D. Bloor e B. Barnes, considerava que havia nos estudos de Merton uma separação injustificada entre os processos sociais de legitimação da ciência e os processos cognitivos de sua produção - a sociologia deveria ser capaz de estudar a ciência por completo.

Segundo a tese *forte*, os mesmos tipos de causas devem explicar as crenças "verdadeiras" e as "falsas". O que os epistemólogos estudam, diz Bloor, são as regras aceitas como racionais em sua própria sociedade. [...] Ao supor que as regras de argumentação e os critérios de verdade são internos ao sistema social ou mesmo a

um conjunto de sistemas sociais, a análise social e histórica adquire o potencial de proporcionar uma crítica válida, inclusive de nossos próprios pressupostos [...] (VESSURI, 1992, p.41, tradução nossa).

Embora, na primeira metade do século, a relação entre processos sociais e a construção do conhecimento científico já tivesse sido trabalhada inclusive de forma bastante consistente pelos autores K. Mannheim e, principalmente, L. Fleck, os sociólogos do Programa Forte identificam no impactante trabalho de Thomas Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962), senão a origem, pelo menos a grande força que impulsionou as importantes mudanças ocorridas nos estudos metacientíficos na segunda metade do século XX: “Nós somos agora capazes de reconhecer no trabalho de Kuhn a pedra fundadora sobre a qual a moderna, bem desenvolvida concepção sociológica do conhecimento científico foi construída” (BARNES, 1990, p. 64, tradução nossa). Para esses autores o trabalho de Kuhn foi o pioneiro em apontar a relação inextricável de fatores científicos e extracientíficos na formulação do conhecimento produzido pela ciência e, portanto, foi o grande responsável pela superação da querela internalismo/externalismo.

Em uma visão panorâmica da história das ciências do final do século passado até o presente, parece-nos que os, por assim dizer, herdeiros de Bloor, dominam o campo atual de estudos, com exceções mais ou menos desviantes da proposta socioconstrutivista do autor.

A principal premissa herdada é a que postula que o conhecimento produzido pela ciência não é diferente de nenhum outro tipo de conhecimento produzido pela sociedade. Isso significa dizer que a concepção geral de conhecimento aceita pelos sociólogos, a saber, que a diferença entre conhecimento e mera opinião se dá pelo tipo de acordo social estabelecido, valeria também para o conhecimento científico (BARNES, B., 1990).

Kuhn reconhece o valor dos trabalhos sociológicos inspirados por sua geração, e inclusive afirma que esses revelam aspectos da ciência que precisavam ser conhecidos. No entanto, em alguns ensaios publicados após *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Kuhn discorda de várias conclusões apresentadas pelos trabalhos socioconstrutivistas, e reforça a sua posição de que a análise dos mecanismos sociais de negociação e legitimação que envolve a produção de ciência, embora seja de fato fundamental para a compreensão das práticas científicas, não responde por si só a questão do desenvolvimento, ou da própria natureza da ciência.

Interesse, política, poder e autoridade sem dúvida desempenham um papel significativo na vida científica e em seu desenvolvimento. Mas a forma que os estudos da “negociação” tomaram, como indiquei, tornou difícil perceber o que mais também pode desempenhar um papel relevante. [...] O que passa por conhecimento científico torna-se, então, apenas, a crença dos vitoriosos (KUHN, T., 2003, p.139).

Dentro do amplo campo atual dos chamados *Science Studies*<sup>3</sup>, seria leviano da nossa parte atestar que esse tipo de relativismo reina sem contestações seja em meio aos antropólogos, sociólogos ou historiadores estudiosos das ciências. No entanto, acreditamos que a dita “virada sociológica” da segunda metade do século XX, teve além de todo ganho cognitivo no que diz respeito a compressão da ciência enquanto empreendimento social, pelo menos uma significativa “perda teórica”: desde então verificou-se um abalo, mesmo que não de forma declarada, na noção de que conceitos científicos possam ser um objeto legítimo de estudos históricos.

---

<sup>3</sup> Os chamados *Science Studies* formam um vasto campo interdisciplinar de pesquisadores preocupados de uma forma geral com o lugar da ciência e da tecnologia na sociedade (HESS, D, 1997). Incluem além de trabalhos fortemente influenciados pelo Programa Forte como os de S. Shapin e A. Schaffer com sua análise prioritariamente voltada para os aspectos políticos da ciência; a chamada Escola de Bath, representada por H. Collins e T. Pinch voltada em grande medida para o estudo de controvérsias científicas; além de análises prioritariamente descritivas da práxis científica como a etnografia de B. Latour, K. Knorr-Cetina; e tantos outros.



Tendo esse abalo como base, discordaremos que Kuhn, como afirmam muitos, tenha decretado com sua grande síntese, o fim da dualidade interpretativa fruto da querela entre aqueles que elegiam como objeto de estudo os aspectos internos à ciência e aqueles que acreditavam que apenas os aspectos externos eram passíveis de ser analisados pelos cientistas sociais. A dicotomia persiste junto com o preconceito estabelecido contra a possibilidade de um estudo verdadeiramente histórico dos conceitos e teorias das ciências naturais.

No entanto, diremos que essa dicotomia é inconsciente, pois dentre as pesquisas mais atuais se tornou proibitivo, ou simplesmente fora de moda, o uso dos termos internalista/externalista. Embora evitem, de uma forma geral, o conteúdo científico como objeto *per se*, há um consenso teórico entre os historiadores de que não é possível separar epistemologicamente e historicamente o conteúdo das ciências de sua forma política e institucional.

Maia (2013) trabalha com outra hipótese para a relutância dos historiadores em tomar o conhecimento científico como objeto a ser historicizado. O autor defende a presença de um “cientificismo latente” entre os historiadores. Ou seja, esses se ausentam da história das ciências por compartilharem (mesmo que não de forma declarada), dos ideais científicistas que demarcam os territórios das ciências humanas (*soft*) e as naturais (*hard*), e que fazem dessas últimas um empreendimento autômato, não-histórico, sem relação necessária com o contexto social na qual são produzidas.

Acreditamos que as duas hipóteses apresentadas não se excluem, sendo até mesmo complementares e nos ajudam a entender o porquê do afastamento atual entre história das ciências e teoria da história.

A discussão que resta e merece ser levantada é: tendo em vista que o conteúdo científico não é vedado ao historiador, como trabalha-lo historicamente? É preciso ressuscitar a vestimenta de “internalista” para fazê-lo?

Dentro do campo mais amplo da história, a discussão não morreu. Ainda se tenta opor os internalistas aos externalistas, ou os “elitistas aos populares”, ou ainda as “abordagens contextualizadas às descontextualizadas”. Para nós, seja na história das ciências ou na história geral, esse tipo de oposição sempre se baseia em falsas premissas.

Quando falamos em “contexto” é importante perceber que não estamos de forma alguma nos referindo a uma única abordagem teórico-metodológica. Segundo Kirschner, a separação simplista entre análises que contemplam o contexto e aquelas que o abstraem, faz com que a questão desencaminhe-se, pois o que está em causa de fato é o que se entende por contexto (KIRSCHNER, 2007, p.49).

Se analisarmos de uma forma geral o grande volume de produção em história intelectual<sup>4</sup> perceberemos que a contextualização histórica tem sido abordada de formas bastante diversas em suas múltiplas versões o que torna obsoleta a divisão internalista/externalista justamente por apoiar em uma noção muito restrita de “contexto”.

Embora a ênfase dos trabalhos ditos internalistas, isto é, as chamadas histórias intelectuais, não seja os processos institucionais de legitimação e negociação que envolve a produção do conhecimento, não se trata de negá-los. A noção de contextualização está presente em muitos desses autores e ela se traduz ora na sua preocupação com as relações sociais nos meios intelectuais, ora nas apropriações culturais que fazem parte da

---

<sup>4</sup> A partir de meados da década de 70 a História das Ideias assume em sua grande maioria o título de História Intelectual, em parte porque muitos dos trabalhos que surgiram tinham propostas de fato muito diferentes daquelas do início do século, e em parte porque as críticas severas àquela corrente historiográfica fizeram com que fosse mais fácil abandonar o título do que resignificá-lo.

constituição de uma determinada disciplina, ora na circulação e resignificação de conceitos, bem como nas durações, não só em seu percurso diacrônico, mas também nas complexas relações sincrônicas dos saberes. A dedicação à história dos textos clássicos, dos conceitos e disciplinas estabelecidas, não significa desprezo pela cultura dita popular ou as práticas culturais iletradas - “trata-se simplesmente de uma questão de especialidade, que atende a preocupações teóricas particulares e impõe metodologias específicas” (KIRSCHNER; LACERDA, 2003, p.28).

Referindo-se ao rótulo de “elitistas” imposto pela história social nos últimos anos aos historiadores das ideias, Dominick LaCapra argumenta que determinados textos produzem forças de resistência e críticas socialmente eficazes capazes de dialogar com a cultura popular, constituindo, portanto, importantes objetos de pesquisa histórica, embora seu estudo venha sendo alvo de preconceitos nas últimas décadas. Atento à “virada linguística”, o autor defende que os documentos não devem ser vistos como meras fontes de informação, mas como textos que requerem uma análise interna que vá além dos estudos filológicos tradicionais. LaCapra critica o modelo atual de leitura utilizado por grande parte dos historiadores e que subordina o texto a uma ideia preconcebida de contexto social como fonte de toda explicação. Desta forma, prossegue LaCapra, os historiadores estariam na verdade suprimindo a leitura, a qual requer um estudo dos textos em si, isto é, da linguagem e dos conceitos utilizados, para melhor compreensão do papel que a linguagem tem na constituição dos objetos de estudo histórico (CLARK, 2004, p. 126-129).

Desconstruindo-se os preconceitos, torna-se possível perceber que importantes trabalhos de história das ideias têm sido elaborados no campo da história *tout court*, e que diferem em muito das tradicionais histórias positivistas/idealistas/cientificistas das ideias

do início do século passado. Para Darton, os chamados historiadores “internalistas”, ou seja, os que supostamente ignoram a importância da contextualização social das ideias, são aqueles que buscam entender “por dentro” os universos intelectuais sobre os quais se debruçam; investigam as características inerentes do tipo de conhecimento que constitui seu objeto, procurando reconstituí-lo em sua especificidade disciplinar e histórica. O apreço pelo rigor tem implicado em histórias cada vez mais esotéricas, o que parece tornar inevitável a necessidade de especialização dos historiadores para acompanhar o desenvolvimento das disciplinas que se dedicam a estudar (DARTON, 1990); o que em nossa opinião dificulta, mas não impede a realização de bons trabalhos.

Embora defendamos a validade de estudos que tenham como objeto específico produções intelectuais, em vez de simplisticamente classificá-los como resquícios de um tipo análise histórica há muito ultrapassada, não pretendemos aqui idealizar sua situação atual na história das ciências. Ainda hoje, grande parte das histórias dedicadas ao conteúdo das diversas ciências parece de fato estranha à noção de historicidade.

## **1.2 Os Estudos Metacientíficos e a Virada Linguística**

Segundo Vessuri (1992), sob o título de Nova Sociologia do Conhecimento Científico, uma literatura variada pretendeu de uma forma geral colocar em xeque não apenas o que se acreditava a respeito do conhecimento científico, mas suposições gerais a cerca da natureza do conhecimento humano. Para tais autores o conhecimento científico não é epistemologicamente privilegiado. Baseando-se nessa premissa, os estudiosos da sociologia do conhecimento científico procuram demonstrar em suas pesquisas empíricas a

flexibilidade interpretativa dos dados experimentais e os interesses econômicos e políticos por detrás das supostas demonstrações desinteressadas dos fatos.

A nova sociologia do conhecimento científico não foi a única resposta a uma mudança de postura diante da produção científica e do conhecimento de uma forma geral. Após o surgimento das ciências humanas no final do século XIX, e dos radicalmente inovadores modelos apresentados pelas ciências naturais a partir das primeiras décadas do século XX, especialmente pela mecânica quântica e pela teoria da relatividade, o padrão de racionalidade que caracterizou a ciência moderna pareceu insuficiente para tornar inteligíveis todas essas transformações cognitivas. Consequentemente, as chamadas interpretações pós-modernas tiveram representantes preocupados em criar respostas para tais questões nas mais diversas disciplinas.

Ankersmit argumenta que para os pós-modernistas a ciência, previamente vista como a maior conquista da modernidade e modelo de racionalidade, encontra-se não necessariamente combatida, mas desestabilizada, dissecada. As certezas científicas passam a ser vistas como fruto de uma racionalidade científica que se autolegitima, portanto formais ao invés de universalmente válidas. As categorias e padrões de pensamento dos modernos são expostas em sua artificialidade por um viés desconstrucionista que, no entanto, não oferece alternativas claras ao projeto Iluminista. Na contramão da tentativa modernista de supressão do estilo em busca de objetividade, o esteticismo pós-moderno coloca em primeiro plano a dimensão estilística dos discursos, inclusive da narrativa histórica. (ANKERSMIT, 2001).

Nas ciências humanas autores como Hayden White e o Roland Barthes questionaram a separação entre história e literatura, fato e ficção, colocando em xeque o próprio fundamento do pensamento histórico ocidental. Para White, as narrativas históricas

são determinadas acima de tudo por padrões éticos e estéticos, não sendo mais que [...] “ficções verbais cujos conteúdos são tão inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que em seus correspondentes nas ciências” (WHITE, 1994).

Tais considerações pós-modernas nasceram no rastro das transformações ocorridas na linguística e crítica literária. Ferdinand de Saussure é considerado o fundador da linguística moderna e da semiologia (ou semiótica), que pode ser brevemente descrita como a teoria geral dos signos ocupando-se, portanto, de todos os sistemas de significação. Devido, em grande medida, aos estudos de Roland Barthes, a semiótica se tornou uma abordagem proeminente nos estudos culturais na década de 60.

A concepção de Saussure, já no início do século XX, de que a linguagem é um sistema autocontido, foi retomada e desenvolvida na segunda metade do século por teóricos como Derrida e Paul de Man que, de uma forma geral, postularam a não referencialidade da linguagem, isto é, que não haveria nenhuma realidade para fora do texto à qual a linguagem se referiria (WHITE, 1994).

As discussões sobre linguagem desenvolvidas pelos autores citados acima e por outros, o que se convencionou chamar de “virada lingüística”, tiveram inegáveis implicações para o estudo da história dos conhecimentos. Com Geertz e sua visão semiótica da cultura, as ciências sociais atentaram para a importância da dimensão simbólica para a análise das formas de organização social; com Derrida e especialmente com Foucault, denunciaram as relações entre poder e linguagem, as “políticas da verdade” por detrás das formações discursivas. A preocupação com a estrutura formal do texto levou as humanidades a duvidarem da transparência da linguagem, a se conscientizarem das

inúmeras possibilidades de interpretação que os textos oferecem, a se dedicarem com mais afinco ao estudo da produção, circulação e recepção de discursos.

Para Condé, 2004, as ideias que se dissiparam com esses debates que contaram com perspectivas de vários campos do saber, foram responsáveis por profundas mudanças conceituais não apenas em suas respectivas áreas, mas na própria concepção ocidental de racionalidade científica.

Com efeito, um dos aspectos filosóficos mais importantes, e de enorme consequência para a ciência de nosso tempo, coloca-se nos seguintes termos: embora a ciência contemporânea não possa mais configurar-se a partir dessas idéias de verdades ou fundamentos últimos (categorias absolutas como espaço e tempo, juízos a priori, etc.), isso não implica dizer que não mais necessitamos de critérios na aferição do conhecimento científico. O que nos leva a indagar: [...] qual a “nova epistemologia” que se constitui nesse novo cenário para a equação dos problemas filosóficos levantados pela “nova ciência”? (CONDÉ, 2004, p.2).

No que diz respeito aos estudos metacientíficos não foram apenas a sociologia e a linguística as responsáveis pelos novos direcionamentos tomados pelos pesquisadores da área. A filosofia também teve grande impacto na constituição dessa nova racionalidade.

Podemos dizer que, para os estudos metacientíficos, a filosofia do segundo Wittgenstein se tornou um dos mais influentes modelos de racionalidade científica pós virada linguística, ou antes, que foi ele próprio uma das forças causadoras da virada que transformou nossa forma de compreender o conhecimento e a linguagem.

Wittgenstein desenvolveu uma compreensão pragmática da linguagem, isso significa dizer que para o autor a significação das palavras se dá pelo seu uso, isto é, pelo seu contexto social de aplicação. Contudo, esse uso não é indiscriminado, ele é regido por regras que definem a pertinência de sua aplicação dentro de determinados contextos. Aos

conjuntos dinâmicos (sujeito ao devir histórico) de linguagens e ações definidas pela práxis social, Wittgenstein deu o nome de *jogos de linguagem*.

O apoio na estrutura fixa dos fatos que estabelecia o elo com a forma lógica da linguagem e permitia a determinação do significado não pode mais ser mantida. A linguagem não será mais compreendida como um mecanismo referencial, mas a partir da multiplicidade de usos que podem ser feitos das palavras e enunciados. Isso não significa dizer que o mecanismo referencial é abandonado, mas sim situado no interior de um dos usos possíveis da linguagem, ou seja, em um determinado "jogo de linguagem" (NIGRO, 2009, p.191).

Para Condé, 2004, a noção de racionalidade em Wittgenstein pode ser definida como uma rede de significados flexível, sem centro definido, na qual os fios se estendem em diversas direções e se ligam de diferentes maneiras através das *semelhanças de família*.

Essa definição contém em si uma série de pressupostos filosóficos nos quais não iremos nos deter, mas apenas esclarecer de que maneira introduzem uma nova compreensão da linguagem e dos processos pelos quais se dá o conhecimento.

A maneira mais fácil de compreender o impacto da filosofia wittgensteiniana é contrapor-la às concepções Modernas de conhecimento e linguagem. A filosofia do segundo Wittgenstein, isto é, aquela apresentada na segunda fase de seu trabalho e sintetizada na obra *Investigações Filosóficas* (1953), contraria a racionalidade científica moderna ao negar a existência de uma ordem hierárquica entre os conhecimentos e ao desmistificar a possibilidade de um entendimento totalizante quer da ciência, quer da compreensão humana de uma forma geral. Exatamente por isso fala-se em rede, ou em teia, quando se fala na concepção wittgensteiniana de racionalidade: teias não têm centro, não é possível identificar nelas começo nem fim, nem mesmo fios ou ligações superiores ou inferiores, o



que se pode fazer diante de uma rede complexa é estudar os pontos de encontro, investigar as conexões.

Assim se assumirmos uma concepção wittgensteiniana da racionalidade, o que muitos autores estudiosos da ciência fizeram, a exemplo de Thomas Kuhn, a ciência não mais pode ser vista como uma instituição cognitivamente superior às outras instituições produtoras de conhecimento, nem tão pouco como um *logos* autônomo, separado do restante da sociedade. A produção de suas instituições se dá na rede historicamente localizada dos significados e ações sociais.

Da mesma maneira, nessa perspectiva a lógica produzida pelas diversas ciências deixa de possuir um fundamento último, mas apenas conexões, semelhanças e dessemelhanças com outras instituições. Essas relações de parentesco entre os diversos lócus de conhecimentos (que o autor chamou de *semelhanças de família*) é o que determinará as verdades e mentiras dentro de um sistema de referências.

Embora a filosofia de Wittgenstein tenha tido enorme influência, o autor não se dedicou a pensar a produção do conhecimento científico em particular. Para prosseguirmos o nosso percurso das novas leituras em história das ciências, nos deteremos um momento na epistemologia desenvolvida por Ludwik Fleck.

Em 1935 Fleck, bacteriologista e imunologista de origem judaico-polonesa, publica seu primeiro e único livro voltado para a epistemologia das ciências, a obra *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*. Publicado no auge da filosofia desenvolvida pelo Círculo de Viena - corrente filosófica a qual sua tese se opõe vigorosamente em diversos pontos -, escrito em um alemão muito particular, cheio de idiossincrasias e neologismos, e não nos esqueçamos, concebido por um judeu polonês durante o regime

nazista, não causa espanto o fato de que sua recepção tenha sido irrisória naquele contexto. No entanto, redescoberta após sua breve menção no impactante *Estrutura das Revoluções Científicas* de Thomas Kuhn, a obra é hoje considerada uma das pioneiras na abordagem sociológica do conhecimento científico.

Embora sejam seus escritos filosóficos/sociológicos os que mais suscitam interesse atualmente, Fleck publicou além de sua obra principal *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*, 1935, apenas outros sete artigos: a grande maioria de suas publicações foi voltada para a área de microbiologia e serologia.

A teoria do conhecimento científico desenvolvida por Fleck tem suscitado diversas releituras e apropriações feitas por pesquisadores das mais diversas disciplinas, desde profissionais da área da saúde preocupados em repensar a sua prática, educadores e gestores que buscam possíveis aplicações de seus conceitos, até filósofos e historiadores da ciência engajados em debates provocados pelas concepções epistemológicas do autor.

Para elaborar sua teoria da ciência, Fleck narra a história do conceito de sífilis desde sua formulação como epidemia venérea, que aparece no final do século XV, até o formato moderno que assume no início do século XX em sua relação com a chamada “reação de Wassermann”. A partir desse estudo conceitual, Fleck chega a conclusões epistemológicas a respeito do desenvolvimento não apenas da doença em questão, mas também do conhecimento científico de forma mais ampla.

Como dissemos, Fleck defendia uma concepção da produção do conhecimento científico adversária da principal concepção em voga em sua época, a saber, o neopositivismo do já citado Círculo de Viena. De forma resumida, os neopositivistas sustentavam que após uma rigorosa depuração lógica das "imperfeições da linguagem",

seria possível se chegar a uma observação neutra da realidade, aos fatos puros (CONDÉ, 1995).

Fleck, por sua vez, desenvolve uma teoria na direção contrária. Para o autor, as elaborações teóricas e conceituais da ciência só assumem a forma de um fato cientificamente válido por meio de “um complexo processo de consolidação social” (TRENN, 1979, p.8). Dessa forma, para o autor, o “fato” não é de forma alguma algo dado, e sim algo elaborado por diversas gerações de pesquisadores inseridos em *coletivos de pensamento*, e unidos por um sistema harmonioso de crenças, ou *estilo de pensamento*. O estilo de pensamento atua então, como o elo entre a relação sujeito/objeto, orientando a percepção individual do saber.

*Se definirmos o “coletivo de pensamento” como a comunidade das pessoas que trocam pensamentos ou se encontram numa situação de influência recíproca de pensamentos, temos, em cada uma dessas pessoas, um portador do desenvolvimento histórico de uma área de pensamento, de um determinado estado do saber e da cultura, ou seja, um estilo específico de pensamento (FLECK, 2010, p.82).*

Assim, para Ludwik Fleck até as observações mais básicas são condicionadas pelo estilo de pensamento do observador. Em seu relato sobre a sífilis e a conformação de seu diagnóstico, o autor nos mostra em vários momentos como as conclusões a respeito das experiências ou a respeito da natureza dos fatos científicos são condicionadas pelo estilo de pensamento justamente por serem vinculadas a uma determinada comunidade de pesquisadores, ou seja, ao coletivo de pensamento.

Fleck tem uma concepção radicalmente social dos processos que constituem a empresa científica. Se aprendermos a ver a ciência como Fleck nos ensina, isto é, com uma

parte da cultura, como um conhecimento produzido por homens condicionados por um determinado contexto histórico, não fica difícil compreender as categorias analíticas *estilo de pensamento e coletivo de pensamento*.

Todo historiador sabe que não faz sentido falar em verdades ou mentiras absolutas, só posições válidas ou inválidas dentro de um determinado contexto. Todo historiador entende que as tais noções de verdade ou mentira são criadas e validadas coletivamente e que essas noções compartilhadas são coercitivas, isto é, os valores e as conceituações que definem como um determinado grupo social age e significa seu universo cultural, são tidas como necessárias e certas para todo o grupo e contradizê-las não é tarefa fácil.

O desafio da história das ciências sempre foi o de tratar os coletivos de pensamento das ciências como sendo parte integrante da cultura e sujeito às mesmas regras do convívio e produção sociais. Fleck, cientista experiente e epistemólogo inovador, foi capaz de fazê-lo.

Segundo Fleck, pode-se falar em coletivo de pensamento quando “duas ou mais pessoas trocam ideias”, troca essa que leva ao surgimento de concepções que nenhuma das partes “seria capaz de produzir sozinha ou em outra companhia” (FLECK, 2010, p.87).

Assim, para o autor os coletivos de pensamento da ciência, ou seja, suas inúmeras comunidades divididas em especialidades, não se caracterizam como a simples soma de trabalhos individuais. Os coletivos de pensamento da ciência são formações específicas que são responsáveis pela produção e perpetuação conjunta de estilos de pensamento que lhe são peculiares.

A ideia principal desenvolvida por Fleck é que embora o mundo natural seja capaz de impor barreiras ao que se diz sobre ele (voltaremos a isso), as proposições científicas elaboradas a seu respeito não são consequências necessárias da pura observação dos fenômenos naturais. O conjunto específico de pessoas responsável pela criação e manutenção de determinados conhecimentos científicos e o estilo de pensamento desenvolvido coletivamente por elas (e por gerações anteriores de pesquisadores da área) é a grande chave de leitura do mundo natural, a lente através da qual toda observação é feita.

Desta forma, o estilo de pensamento é definido por Fleck como “a disposição [...] para um sentir seletivo e para um agir direcionado correspondente” (FLECK, 2010, p.149), portanto é uma chave de leitura do mundo. Como dissemos, o poder do condicionamento social e histórico é conhecido pelo historiador e é inclusive uma das ferramentas valiosas da crítica documental: é possível determinar o período e local de produção ou mesmo desmascarar um “falso” testemunho histórico pelo estilo de pensamento verificado no discurso das fontes - um bom conhecedor da linguagem e dos hábitos de um determinado grupo sabe julgar com certa segurança se uma fala ou documento pertence ao mesmo grupo.

A novidade em Fleck, e que se torna um conceito fundamental para o historiador das ciências, é que essa identidade cultural também é a chave de leitura do mundo natural. A ciência não possui uma lógica independente da sociedade na qual ela se insere.

Isso também significa dizer que todo estilo de pensamento é formado por influências externas à especialidade científica que o conformou e para qual ele se volta. Tendo em vista que a ciência é uma produção de homens condicionados pela rede de significados da sua sociedade e de seu tempo, e que essa rede de significados é formada

pelas mais diversas conexões culturais, chegaremos à conclusão de que não há como isolar a produção intelectual.

A obra de Fleck também demonstra uma preocupação com o papel da linguagem na construção do conhecimento, e talvez por isso seus escritos sejam ainda tão atuais. A obra do autor “ainda que não seja explícita a esse respeito, reserva um lugar decisivo para a linguagem não apenas na compreensão do conhecimento científico, mas na própria estruturação da nossa ideia de realidade” (CONDÉ, 2012).

Para Fleck a linguagem se estabelece como ponto de interação entre o homem e o mundo. Pode-se dizer que o autor tem um entendimento de linguagem muito próximo ao de Wittgenstein, pois para ele não há um fundamento último nessa interação homem/natureza, não há uma essência que em última instância unifique o nosso entendimento e o conecte de alguma forma a ontologia das coisas.

Podemos dizer que no entendimento de Fleck a linguagem é o conjunto de regras, ou rede de significados que surgem de nossas práticas sociais e de nossa experiência no mundo; para o autor linguagem é, em outras palavras, a realidade percebida e ordenada pelo estilo de pensamento.

Embora se dedique a história conceitual, Fleck elabora uma história, por assim dizer, de segunda ordem, isto é, o autor não realizou uma pesquisa nas fontes históricas primárias se apoiando então em trabalhos de historiadores para elaborar a trajetória histórica do conceito. Desta forma, em sua obra o Fleck não oferece uma metodologia de pesquisa histórica que possa orientar a elaboração de uma história dos conceitos científicos afinada com suas considerações epistemológicas, nem era essa a sua intenção.

Acreditamos que o passo seguinte a ser dado pela história da ciência diante de todas essas reflexões a respeito da relação inextricável entre o estudo da sociedade, do

pensamento e da linguagem, é a conciliação entre as considerações epistemológicas contemporâneas e os métodos historiográficos mais atuais voltados para o estudo do imaginário social, por meio da análise da linguagem das fontes.

Para chegarmos a esse objetivo, analisemos antes algumas das propostas historiográficas mais conhecidas no século XX que se dedicaram a elaboração de métodos para a investigação da história do pensamento.

### **1.3 As Transformações da História das Ideias no Século XX**

Buscar uma definição para História das Ideias, ou História Intelectual (denominação preferida por boa parte dos historiadores hoje em dia) é uma tarefa difícil e arriscada. Difícil, porque seu campo de estudos é tão vasto que delimitá-lo de forma rigorosa – seja institucionalmente, teoricamente ou metodologicamente – torna-se praticamente impossível. A própria polissemia do conceito de ideia parece impedir sua utilização sistemática e rigorosa.

Visto como “um território imenso e indeciso” (CHARTIER, 1990, p.31) ou mesmo “uma verdadeira Babel de contrastes” (LOPES, 2003, p.9), tal campo de pesquisa tem sido alvo de inúmeras classificações, e o risco em se buscar uma única definição, a nosso ver, está em delimitar de maneira superficial um objeto que não é de forma alguma único e homogêneo.

Para Chartier, a dificuldade começa com a própria denominação. De acordo com o autor, cada historiografia nacional possui seu próprio vocabulário e conceituação desse campo, tornando difícil a adaptação, ou mesmo a tradução, desses termos para outras

línguas. Desta forma, as norte-americanas History of Ideas e Intellectual History, ou a Geistesgeschichte alemã, não constituem apenas designações específicas, mas fórmulas nacionais particulares para pensar as questões (CHARTIER, 1990).

Disputas terminológicas à parte – que, é importante lembrar, são também disputas por hegemonia intelectual que abarcam interesses institucionais bastante concretos –, adotaremos o ponto de vista de que, justamente por não se enquadrarem em uma única definição, o objeto de interesse e os métodos de investigação de uma história das ideias e práticas intelectuais do passado devem ser estudados na singularidade das diversas propostas historiográficas e contextualizados no meio intelectual em que surgiram.

Assim sendo, usamos o conceito “história das ideias” não para delimitar rigorosamente um campo de estudos. Nosso objetivo é refletir sobre duas questões que costumam surgir nas pesquisas historiográficas que comumente se abrigam, ou melhor, são abrigadas (muitas vezes a revelia de seus criadores/autores) sob o rótulo de “história das ideias”: Como lidar com a noção abstrata de “imaginário social”? Como proceder metodologicamente diante do registro deste imaginário que chega até nós, isto é, a linguagem das fontes em suas mais variadas formas?

Pode-se dizer que a abstração de conceitos como “imaginário”, “mentalidades”, “espírito”, sempre foram o “calcanhar de Aquiles” da história das ideias.

Os primeiros Annales foram críticos severos da tradicional história das ideias, a saber, a história das ideias filosóficas e literária tal qual ela elaborada na França no início do século XX. Lucien Febvre criticou severamente essa abordagem historiográfica, em especial a História das Ideias Filosóficas. Tais críticas permeiam a sua obra *O Problema da Incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais* (1942).



Várias interpretações dos escritos de Rabelais elaboradas por historiadores das ideias filosóficas no início do século XX o apresentavam como um ateu, um livre-pensador portador de atitudes que, segundo Febvre, apenas assumiriam esse formato e significação no século XVIII. Para Febvre, essas leituras da obra de Rabelais, demonstravam um problema constante na análise do passado que deveria ser combatido pelos historiadores por meio de uma constituição o mais fiel possível do contexto histórico: o anacronismo. (SOBRAL, 1987, p.37). Para o Febvre, tais autores lidavam com as ideias de forma autônoma como se fossem desligadas de um contexto específico e dos sujeitos que as produziram, o que levou o autor a classifica-las como “ideias desencarnadas”.

Se pudermos considerar Febvre como o primeiro teórico da História das Mentalidades, como o fazem alguns autores, já percebemos que de início os Annales não foram capazes de evitar o talvez mais criticado problema da história das ideias: a imprecisão conceitual. Afinal o que é exatamente utensilagem mental, e mais importante, como operacionalizar esse conceito metodologicamente? Basta defini-lo como um conjunto palavras, conceitos ou noções que constituiriam o suporte do pensamento? Quais são as delimitações desse conjunto?

Para Le Goff, a história das mentalidades foi uma reação ao “imperialismo” da história econômica. Ansiosos por explorar as novas possibilidades da história serial diante dos recentes intercâmbios com a antropologia, a análise estrutural quantitativa já amadurecida por gerações de pesquisadores dos Annales, por fim se voltou para o imaginário social. Consequentemente, a História das Mentalidades paira entre as ideias e as estruturas sociais; a mentalidade é o que os homens têm em comum com o seu tempo, uma construção inconsciente – é o que há da sociedade no indivíduo. Trabalha-se com emoção

e intelecto, mas sempre dentro do conjunto de valores e representações de uma sociedade: “é o que César e o último soldado de suas legiões [...] têm em comum” (LE GOFF, 1976).

A ênfase conferida à dimensão cultural levou os *Annales* a visitarem novos e estimulantes temas: a infância com Philippe Ariès, a relação entre religiosidade e sexualidade com Jean-Louis Flandrin, religiosidade e temporalidade com Jaques Le Goff, as mulheres com Michèle Perrot e Georges Duby, a alfabetização com François Furet e Jacques Ozouf e etc. (BURKE, 1990).

No entanto, Vainfas aponta para o fato de que embora as mentalidades (entendidas aqui, de maneira genérica, como imaginário coletivo) tenham ganhado um espaço amplo em vários centros de produção historiográfica, não apenas a disciplina e o próprio conceito de mentalidade foram vítimas de um grande desgaste: muitos o acusaram de debilidade teórica ou falta de capacidade explicativa. (VAINFAS, 1997).

Curiosamente, a história das ideias também se tornou popular nos Estados Unidos por volta do segundo quartel do século e depois de seu auge sofreu críticas muito similares àquelas direcionadas a história das mentalidades.

Segundo Clark, nos Estados Unidos, a história das ideias e a história social se desenvolveram juntas no início do século XX sob a influência de nomes como J. H. Robinson, C. Becker e F. J. Turner. No início, os praticantes norte americanos da história das ideias construíram seu projeto historiográfico baseando-se nos mesmos pressupostos responsáveis pela renovação da história social nos Estados Unidos, a saber, que uma nova história iluminada pela perspectiva do presente deveria ser escrita e novos objetos deveriam ser abordados além daqueles contidos na tradicional história política. Dessa forma, em seus primórdios a história das ideias norte americana foi idealizada como uma

tentativa de investigar o imaginário social utilizando-se dos mesmos métodos da história social concebidos pela *New History* norte-americana (CLARK, 2004).

Por volta de 1940 esse cenário se modificou quando Arthur Lovejoy apresentou sua influente proposta historiográfica a qual transformou completamente a relação entre história das ideias e história social ao propor a independência teórica e metodológica do estudo das ideias.

Lovejoy foi, em grande medida, o principal responsável pelo destaque que história das ideias teve nos Estados Unidos nos século XX, tanto pelos seguidores que conquistou, como pelas duras críticas que recebeu e que ainda hoje são proferidas insistentemente por vários praticantes da história intelectual. O autor rejeitou o até então comum paralelo estabelecido entre a história das ideias e a história da filosofia. Para ele, enquanto os que pretendiam historiar a filosofia trabalhavam com sistemas de pensamento, o historiador das ideias deveria decompô-los em busca de seu objeto de trabalho: as unit-ideas [ideais-unidade]. Em sua influente obra *The Great Chain of Being*, 1936, o autor espoe que essas unidades de pensamento deveriam ser rastreadas através dos tempos e por várias disciplinas em seu trânsito pelos os diversos campos do saber (Clarck, 2004).

De maneira inovadora, o autor afirmou que o historiador deve ir à busca do seu objeto em outros países, por outras línguas, em múltiplas disciplinas e por vários autores; e não só nas “grandes mentes”, mas nos excluídos, aqueles que produziram nas margens das grandes escolas ou dos principais estilos de uma época. Em 1940, Lovejoy funda o *Journal of the History of Ideas*, que representa até os dias de hoje um espaço institucional importante de visibilidade das pesquisas em história intelectual. O seu formato atual possui um escopo amplo que inclui desde história das ciências, das artes, da literatura, do

pensamento político, até os estudos mais recentes de história cultural como a história do livro e da leitura.

Embora esses temas presentes na sua concepção de história (interdisciplinaridade, ampliação do escopo linguístico, busca por um corpus literário mais extenso) figurem hoje em dia como elementos básicos da nova história intelectual, esses “não foram, no entanto, temas pelos quais Lovejoy seria lembrado: a história intelectual foi taxada de idealista e elitista, indiferente a um contexto social, cultural, econômico e político mais amplo” (CLARK, 2004, p. 107, tradução nossa). Além disso, de forma semelhante à história das mentalidades, as “unit-ideas” de Lovejoy foram criticadas como instrumentos metodológicos de difícil operacionalidade e demasiada abstração.

Se Lovejoy foi o grande representante da história das ideias no século XX, podemos dizer que os grandes nomes do século XXI pertencem, na academia anglófona, à chamada Escola de Cambridge e, na academia germânica, à História dos Conceitos.

Como bem pondera Iggers, não há uma ruptura radical entre a nova historiografia que começa a despontar na década de 70 e a história praticada anteriormente: historiadores continuam a trabalhar criticamente suas fontes na tentativa de produzir uma narrativa inteligível sobre o passado. Porém, a mudança que deslocou o olhar antes focado nas estruturas e redirecionou-o para as experiências individuais e expressões culturais, provocou claramente o surgimento de novos temas e métodos; uma nova forma de interpretar a história com o olhar voltado para a linguagem e as redes de representação que estruturam e significam as relações sociais (IGGERS, 1997).

Como dissemos, dentre as abordagens que se utilizam da metodologia análise dos discursos, o chamado Contextualismo desenvolvido pela Escola de Cambridge, parece ser

a vertente atual mais influente no estudo de história das ideias, a qual tem como objeto a história do pensamento político, e espaço institucional o meio acadêmico de língua inglesa. John G. A. Pocock e Quentin Skinner são considerados os autores representantes da Escola de Cambridge, ou enfoque collingwoodiano, nomeação mais recente adotada em homenagem ao filósofo inglês R. J. Collingwood.

Collingwood proferiu uma série de palestras, em 1936, sobre a natureza do conhecimento histórico que se tornaram amplamente conhecidas após sua publicação póstuma em 1946, reunidas na obra *A Ideia de História*. Segundo esse autor, a história é antes de tudo história do pensamento, sendo as ideias o único objeto passível de conhecimento histórico. (CLARK, 2004).

Para Collingwood, a história é um processo de autoconhecimento que se dá no espírito do historiador. O estudioso de história não deve apenas ater-se a uma descrição do pensamento de outra época, ele deve buscar revivê-lo, seu objetivo é compartilhar a vida mental de outrora em um processo de conhecimento e reconhecimento. (COLLINGWOOD, 2001).

Apoiados na noção collingwoodiana de “revivência da experiência passada em nossa mente” os integrantes da Escola de Cambridge postulam ser indispensável “repensar o pensamento” de autores do passado, isto é, buscam capturar, da maneira mais fiel possível, o sentido que um dado autor pretendeu imprimir ao seu discurso. Para reconstituir com maior fidelidade a intenção autoral, utilizam-se da teoria dos atos de fala (*speech-acts*) vinda da filosofia da linguagem, sobretudo daquela elaborada por J. L. Austin.

O ponto de partida do Contextualismo é, como já deixa claro o nome, a análise das ideias a partir do meio intelectual em que surgiram. Ao contextualizarem as ideias

dentro das possibilidades linguísticas de uma comunidade intelectual, demonstram a preocupação com a linguagem característica dos estudos informados pela virada linguística.

Em resumo, o projeto metodológico de Pocock e Skinner para a história intelectual, tem como objetivo principal evitar anacronismos e reconstituir a linguagem e os problemas próprios de um universo intelectual específico. Desta forma, a análise da linguagem por meio dos atos de fala tem como fim a busca pela singularidade das formulações discursivas no seu contexto sincrônico de produção.

Aqui a primeira coisa a ser dita parece ser que, desde que linguagens ou discursos são estruturas complexas cujos componentes existem simultaneamente no tempo, estudá-los é apostar no sincrônico. Este grupo de historiadores está interessado no estado da linguagem - ou no complexo de linguagem em interação - em um determinado período, e em estabelecer o contexto no qual um dado autor começou a construir seu texto, a sua oração ou a sua participação em alguma conversação [...] (POCOCK, 2006, p.85).

Há entre a Escola de Cambridge e a História dos Conceitos duas principais divergências: enquanto a primeira se dedica ao estudo de discursos, a segunda se foca no estudo de conceitos; e enquanto os *collingwoodianos* se restringem a análise sincrônica, a história conceitual alia sincronia à diacronia.

Em relação a dicotomia discursos/conceitos, acreditamos se tratar de escolhas metodológicas ligadas aos objetivos da pesquisa, isto é, é uma mera questão de foco. Como é sabido, as lentes do historiador podem ser ajustar de forma competente tanto à palavra quanto a épocas inteiras, focando-se assim em estruturas de longuíssima duração.

No entanto, nos posicionaremos em relação a dicotomia sincronia/diacronia, dizendo que não é desejável optar por uma ou outra: concordaremos com Koselleck

quando ele afirma que um trabalho histórico deve compreender as duas perspectivas temporais, mesmo que elas não sejam trabalhadas de forma equilibrada, isto é, é possível enfatizar um dos vetores temporais, mas não é possível separá-los por completo.

[...] se encararmos os acontecimentos singulares simplesmente como eventos radicalmente únicos, particulares, jamais poderemos explicá-los. Não será possível explicar por que algo fracassa. Qualquer explicação, inclusive a relativa a um fato singular, depende do curso da ação, das sequências de acontecimentos (KOSELLECK, 2006b, p.140).

Obviamente não fica vedado o uso de outras metodologias para a reescrita da história das ideias científicas, como o próprio Contextualismo da Escola de Cambridge, a análise do discurso foucaultiana, ou outras propostas atuais de análise do discurso. No entanto daremos preferência à história dos conceitos tal qual elaborada pelo historiador alemão Reinhart Koselleck, não por supormos uma intrínseca superioridade da mesma, mas para reforçar um posicionamento, a saber, que a história dos conceitos se mostra como um instrumento eficiente para o estudo da história da produção de conhecimento além de apresentar afinidades com concepções epistemologias contemporâneas da ciência.

## **II - História Conceitual: Estratégias Fundamentais de Pesquisa**

### **Considerações Iniciais**

A história dos conceitos desenvolveu-se no seio das críticas feitas pelos historiadores alemães, dentre eles Koselleck, nas décadas de 1950-60, à chamada “história do espírito” preconizada pela escola de Dilthey, e à história das ideias a qual teve em Meinecke seu principal expoente. Para aqueles historiadores, estas vertentes historiográficas abordavam as ideias de forma anacrônica e demonstravam uma despreocupação com o contexto sociopolítico.

Para Schnädelbach, 1984, podemos definir o projeto de Wilhelm Dilthey como uma variante “historicizante” e “psicologizante” do programa kantiano cuja base para o conhecimento é a compreensão dos “fatos da consciência”. Em Dilthey, a razão histórica toma o lugar da razão pura, a consciência se encontra submetida às vicissitudes do devir histórico.

Já Meinecke, retoma o projeto diltheyano, com premissas muito similares, mas voltadas para a consciência política moderna.

Segundo Koselleck, mesmo que tanto para Meinecke como para Dilthey o “espírito de uma época” seja teoricamente uma expressão única de cada momento histórico, essa história toma as ideias como “um conjunto de grandezas constantes, capazes de se articularem em diferentes formas históricas sem qualquer alteração essencial”. Assim, em sua gênese, a História dos Conceitos teve como um de seus objetivos reformular a tradicional história das ideias a partir de uma crítica severa àqueles considerados como



seus principais equívocos: o uso acrítico e descontextualizado de conceitos baseado em uma concepção essencialista, portanto ahistórica dessas produções intelectuais.

No entanto, para Palti (2011), ao se propor a analisar as condições de possibilidade da história, Koselleck retoma as bases do projeto de Dilthey de uma crítica da consciência histórica, no entanto, o faz pelas lentes da virada linguística, influenciado principalmente por Hans-George Gadamer.

Considerado como o principal teórico da história dos conceitos, nos debruçaremos sobre os textos de Koselleck que embasaram diretamente ou influenciaram o grande projeto alemão de elaboração de uma história conceitual.

Para Reinhart Koselleck, há décadas a história deixou de ocupar um lugar claro dentro do mundo acadêmico. A batalha entre ciências humanas e ciências naturais no início do século XX criava inimigos, mas também aliados: a história tinha um lugar definido entre a ciência dos homens. No entanto, ao longo do século, as ciências sociais (antropologia e sociologia) se dissociaram progressivamente da disciplina história ao mesmo tempo em que operaram uma *des-historização* de sua epistemologia; a história se encontra isolada desde então (KOSELECK, 2011). Para Koselleck, essa situação de isolamento reforça a necessidade dos historiadores refletirem sobre as peculiaridades do seu tipo de conhecimento e pesquisa. “Isso significa que nós devemos reconhecer a nossa necessidade de teoria, ou antes, encarar a necessidade de se fazer teoria se a história ainda se pretende como uma disciplina acadêmica”.<sup>5</sup>

A partir dessa premissa, Koseleck nos diz que não se trata de tomar de empréstimo métodos das ciências sociais, as quais vêm se dedicando há mais tempo à teoria do seu conhecimento. Ao invés, propõe que nos concentremos na nossa disciplina,

---

<sup>5</sup> “This means that we must recognize our need for theory or, rather, face the necessity of doing theory if history still wants to conceive of itself as an academic discipline”. Tradução nossa. KOSELECK, 2011, p.1.

principalmente naqueles pontos chave da prática da pesquisa que parecem pedir por uma teorização ou que propiciam *insights* teóricos úteis ao dia-a-dia do nosso ofício. Esse viés teórico-pragmático orientará as nossas preocupações, portanto, a nossa narrativa.

## 2.1 Um Método e Suas Possibilidades

A primeira coisa importante de se ressaltar quando se trata de uma história conceitual inspirada na metodologia de Reinhart Koselleck, é que os termos estudados pela história conceitual se diferenciam de outros termos comuns por sua relevância histórica.

Os conceitos selecionados para o estudo conceitual de Koselleck são termos centrais do vocabulário social e por isso são chamados pelo autor de “conceitos fundamentais” - *Grundbegriffe* no original em alemão. O termo *grund* nos dá bem a dimensão do que Koselleck pretendeu estudar, pois o mesmo compreende semanticamente definições como *solo, chão, base, fundamento*. Assim sendo, os conceitos são termos que depois de passarem por um (geralmente longo) processo de formação histórica da sua complexa estrutura semântica, se tornam fundamentais ou mesmo inescapáveis em seu campo social de atuação, isto é, fornecem as bases, o solo para um novo horizonte de possibilidades de ação histórica.

É também nesse sentido que intitulamos o nosso capítulo de “estratégias *fundamentais* de pesquisa”: pretendemos apresentar e discutir aqui as bases da metodologia de Koselleck. Não temos a intenção de aventar todas as possibilidades de aplicação ou mesmo definir uma compreensão fechada do que é esse método. Pretendemos, ao invés, formular os fundamentos que possam inspirar futuras e variadas pesquisas em história conceitual.

Dessa forma, o foco da nossa leitura da história conceitual não é tanto uma reprodução da teoria e método completamente fiel às origens de sua repercussão e aplicação no contexto acadêmico alemão da década de 60, mas suas diversas *possibilidades* de utilização atuais e em um futuro próximo – estamos voltados para o *horizonte* desse tipo de pesquisa. Para tanto, serão frequentes aqui as distinções do que faz parte do “núcleo” da teoria – o que a caracteriza – do que, em nossa opinião, não são prerrogativas da mesma, ou seja, o que pode ser flexibilizado para que a teoria e o método de Koselleck possam ter maior alcance e utilidade dentro da nossa proposta de releitura da história das ideias científicas, e quiçá de outras propostas que estejam por vir.

A história dos conceitos trata não apenas de palavras, mas da relação entre linguagem e mundo, consciência e existência. O que importa nesse tipo de investigação não é a história da língua, mas a força histórica que plasma e é plasmada por determinados conceitos, isto é, a ação histórica narrada e estimulada pela linguagem. Nesse sentido pode-se dizer que o objeto de estudo desta investida historiográfica é o conceito em ação na sociedade.

Essa expressividade histórica dos conceitos é o que difere a história conceitual koselleckiana de estudos etimológicos por um lado, e de histórias idealistas abstratas por outro. Essa característica é também o que torna a história dos conceitos especialmente apropriada para a nossa tentativa de retomada “verdadeiramente histórica” da história das ideias, pois é do solo da experiência social que nascem as formulações conceituais alvo das investigações desta história:

Na exegese do texto, o interesse especial pelo emprego de conceitos político-sociais e a análise de suas significações ganham, portanto, uma importância de caráter social e histórico. Os momentos de duração, alteração e futuridade contidos em uma

situação política concreta são apreendidos por sua realização no nível linguístico. Com isso, [...] as situações sociais e respectivas alterações já são problematizadas no próprio instante dessa realização linguística (KOSELLECK, 2006a, p.101).

Para aplicarmos a história dos conceitos é preciso, antes de tudo, estabelecer o que são conceitos e que tipo de estratégias metodológicas podem ser usadas para estudá-los. Se fôssemos nos valer de uma única e concisa definição poderíamos dizer que conceitos são *complexas estruturas histórico-semânticas*. Ao longo deste capítulo destrincharemos o significado dessa definição.

Como já dissemos, os termos considerados relevantes para a investigação da história conceitual, segundo Koselleck, são conceitos dotados de *relevância ou profundidade histórica*. Essa relevância diz respeito tanto à temporalidade quanto à semântica (aliás, dois vetores que estão sempre entrelaçados na teoria e no método da história conceitual). Ela diz respeito à temporalidade, pois os termos relevantes para a história conceitual são termos que remetem ao mesmo tempo a significativas experiências históricas do passado, às suas implicações no presente e ao que elas descortinam de novo para o futuro, isto é, às novas possibilidades que passam a ser consideradas a partir dessas experiências de impacto sem precedentes.

Além disso, também podemos falar de profundidade temporal no campo da teoria, pois a orientação no eixo diacrônico da história conceitual se dará quando o pesquisador formular sua hipótese sobre “a partir de quando os conceitos passam a poder ser empregados de forma tão rigorosa como indicadores de transformações políticas e sociais” (KOSELLECK, 2006a, p. 101) e quanto tempo durou esse processo de assimilação linguística.

Koselleck acredita que nos longos e lentos processos de transformação das estruturas históricas há sempre momentos críticos de percepção e definição do impacto e da natureza das transformações – verdadeiras crises das estruturas sociais nas quais comportamentos e instituições são criados ou se modificam, mudança essa que é refletida e ao mesmo tempo estimulada pela linguagem. Nesse momento de ápice de um longo processo semiótico que envolve múltiplas experiências históricas concretas, termos centrais no vocabulário social terão que ser ressignificados ou mesmo inventados para que as mudanças possam ser entendidas e assimiladas: eis o surgimento dos *conceitos fundamentais* investigados pela história conceitual!

Segundo o autor, esses termos que são de interesse para a pesquisa conceitual podem ser identificados como: “conceitos para cuja formulação seria necessário um certo nível de teorização e cujo entendimento é também reflexivo” (KOSELLECK, 1992, p.2). Termos como Estado, Revolução, Nação, Classe, são conceitos centrais do vocabulário social e político e que nos sugerem imediatamente associações. Estas invocações da memória coletiva são compartilhadas e estabelecem um certo entendimento comum do significado e da importância de tais conceitos. Mas, a partir de quando um termo se torna um conceito abstrato o suficiente para abrigar tais associações, que não apenas o definem, mas também são definidoras das instituições e eventos sociais que nomeiam?

Quando um termo deixa de se referir a uma situação específica e passa a ser usado para uma série de situações que possuem dadas características em comum, ele deixa de ser apenas uma descrição de uma dada situação e passa a conter em si elementos definidos por uma teoria (em certa medida) consensual que serve de parâmetro para a ação e até mesmo a estruturação social. É por isso que o entendimento desses termos é reflexivo – é nesse

sentido que Koselleck diz que palavras podem ser definidas, mas conceitos precisam ser *interpretados* (KOSELLECK, 2011).

Nas palavras de Melvin Richter, um dos mais importantes intérpretes da história conceitual, em uma pesquisa de história política conceitual os termos são tratados como:

1) como conceitos políticos básicos; 2) como sempre contestados; 3) como possuindo uma longa história, que leva em conta o caráter instável das fronteiras que separam conceitos de sinônimos próximos, tanto nas línguas originárias quanto nas línguas para que são vertidas; 4) como frequentemente produzindo consequências políticas imprevistas e não desejadas por aqueles que o cunharam; 5) como desenvolvidos não somente pelos principais teóricos e líderes políticos, mas também por panfletários, jornalistas e outros divulgadores e propagandistas, dentro e fora do governo (RICHTER, M., 2007, p.24).

Defendemos o ponto de vista de que as características descritas acima tendo como referência conceitos básicos da esfera da política, também podem ser assumidas para conceitos básicos de outras esferas da sociedade. Isso, porque a teoria e metodologia elaborada Koselleck e bem resumida por Richter nesses cinco tópicos, tem como base características da sociedade moderna que podem ser vistas como inescapáveis, elementos compartilhados pelas instituições ocidentais e que passaram por processos semelhantes de temporalização de suas categorias de análise mais fundamentais.

Na conferência “Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos” (1992), Koselleck, preocupado em demonstrar os aspectos empíricos da pesquisa conceitual, nos apresenta um exemplo bastante esclarecedor, a saber, o do conceito *Liga* (*Bund*, em alemão). Durante os séculos XIII e XIV, as fontes documentais mostram que não existia na língua alemã nenhuma expressão subjetivada para denominar o ato de se *formar uma união*, apenas formas verbais como esta.

Duas gerações depois, o autor constata que a forma *Liga* já aparece como denominação de acordos como a Liga da Suábia, na Suíça; o mesmo processo pôde ser verificado na Holanda – a importância social e política desses acordos fez surgir um conceito que fosse capaz de os definir e de tornar a ideia comunicável. Ao mesmo tempo, o termo assim subjetivado se tornou mais do que uma denominação, ele passou a ser um *referencial histórico*, um parâmetro para a formação de outras uniões do mesmo tipo. A partir daquele momento, surge um conceito generalizante: “Não se trata de uma liga de cidades, mas de cidades de uma Liga” (KOSELLECK, 1992, p.136). O conceito adquiriu então características próprias, para além dos acordos particulares entre cidades, tornando-se assim um modelo teorizado de união política, um conceito autônomo e abstrato: Koselleck dá o nome a esse processo histórico de *teorização*.

Afirmar que o que orienta a temporalidade do estudo conceitual é o processo de teorização, significa dizer que é a partir da verificação nas fontes desse momento decisivo que o historiador construirá seu modelo de estrutura conceitual o qual servirá de comparação (ou chave de tradução) para o estudo dos elementos semânticos anteriores e/ou posteriores a esse momento, ou seja, da história da formação ou do subsequente desenvolvimento desse conceito. Assim, a história dos conceitos pode ser compreendida como o estudo da recepção ou da tradução de conceitos em diferentes contextos históricos.

A partir daí, o pesquisador será capaz de formular perguntas tais como: que transformações sofreu o conteúdo semântico de um dado conceito? O que foi mantido e o que foi alterado? De que modo ocorreram as alterações? Que elementos de “futuridade”, isto é, que expectativas, prognósticos, ameaças futuras estão contidos nesse conceito? A que domínios se estendeu a utilização desse conceito? De quais deixou de fazer parte? Qual seria a sua relevância e alcance atuais?

Até que ponto o pesquisador deverá retroceder ou avançar no tempo (em relação ao momento de teorização), dependerá do foco e dos objetivos da pesquisa em questão.

Dizer que um conceito se constitui como um modelo com um certo número de elementos socialmente acordados, não significa dizer que o conceito seja completamente fechado, inflexível. Por mais que exista uma certa estrutura comumente aceita (o que torna a sua utilização e entendimento possíveis), o conceito ainda se encontra sujeito às vicissitudes do contexto e do devir históricos. Atenhamo-nos ao exemplo citado: mesmo que o conceito de Liga forneça parâmetros e se constitua como um referencial para uniões possíveis, fica claro que todas as Ligas não podem ser exatamente iguais, essa repetição idêntica é uma impossibilidade histórica (tendo em vista a variabilidade de atores, lugares, circunstâncias, durações e etc.).

Como já foi dito anteriormente, a história dos conceitos nasce em meio às críticas direcionadas à tradicional história das idéias praticada até então na Alemanha. Em oposição a uma história das idéias imutáveis, de formulações intelectuais “desencarnadas”, Koselleck afirma que as idéias, assim como a linguagem por meio da qual se expressam, são produto de contextos históricos determinados – cada utilização de um termo é um uso específico de linguagem. Para alguns historiadores da Época Moderna, notadamente o inglês John Pocock, essa ênfase na singularidade do evento histórico parece colocar em risco a própria realização desta proposta historiográfica, pois ao reconhecer que cada termo é um ato único de fala, estar-se-ia assim declarando a impossibilidade de constituição do seu percurso diacrônico (POCOCK, J. G., 2006).

Em nossa concepção essa crítica é desprovida de sentido. Assim como no caso do conceito de Liga ou qualquer outro conceito importante não somente para a organização da narrativa histórica, mas para a própria estruturação da sociedade, o que se tem são



estruturas semânticas semelhantes e um certo número de referências sociais compartilhadas, no entanto, é certo que não podem existir sequer duas ligas, revoluções, nações, guerras ou estados idênticos entre si.

Neste momento, julgamos pertinente a formulação de um quadro baseado no exemplo fornecido pelo autor, para melhor ilustrarmos o processo ocorrido; a identificação desse momento de teorização, portanto de surgimento do conceito, é fundamental para os recortes iniciais (temporal e espacial) de qualquer pesquisa histórica conceitual.

### QUADRO I

Processo de *teorização*: surgimento de um conceito

<p><b>Formar uma União</b></p> <p>forma verbal</p> <p>descritiva</p> <p>específica</p> <p>particular</p> <p>qualifica um determinado evento</p> <p>definida “caso a caso”</p>	<p><b>Liga</b></p> <p>forma subjetivada</p> <p>prescritiva</p> <p>abstrata</p> <p>coletiva</p> <p>semântica autônoma</p> <p>teorizável – possui elementos socialmente acordados; referencial histórico</p>
---	--

No entanto, o estudo conceitual não se restringirá a esse recorte, os momentos de inflexão histórica servirão para selecionar os conceitos de interesse e delimitar uma certa

estrutura a qual será investigada em suas mudanças no tempo (frequentemente na longa duração), suas permanências e suas expectativas de alterações futuras (componente de *futuridade*).

Ao nos referirmos anteriormente à relevância histórica, também dissemos que ela diz respeito à semântica. Todas as vezes que nos referimos à semântica conceitual neste texto, temos sublinhado a característica fundamental de que um conceito não é apenas definido pelas circunstâncias históricas às quais se refere, mas é também definidor das mesmas. Para Koselleck, conceitos básicos são sempre controversos e contestados: sua definição não é aleatória, as lutas pelas definições de conceitos fundamentais não são meros desacordos lexicais, pois estão no centro nas lutas por poder e controle do destino e conformação das mais fundamentais instituições sociais. Desta forma, a semântica de um conceito fundamental está sempre entrelaçada ao “chão” dos acontecimentos históricos.

Nesse sentido, podemos dizer que o conceito é uma entidade capaz de ação histórica; ele o é na medida em que prescreve, estimula, limita e inova o espaço da experiência histórica. A partir de um conceito fundamental é possível pensar e agir de uma maneira que não era concebível anteriormente. É justamente essa a “profundidade histórica” que reside na semântica conceitual; os elementos semânticos compreendidos por um conceito não apenas conferem significado ao termo, possibilitando a sua comunicabilidade, mas dão forma, sentido e direção a ação e estrutura sociais.

Como buscamos demonstrar com o exemplo do conceito Liga, foi somente depois de atingir elevada relevância social é que o termo se cristalizou em uma única palavra tornando-se, como dissemos, um conceito definidor e criador de ações e instituições históricas. No entanto, um conceito é um termo rico em diversidade de significados e experiências históricas, é, nas palavras de Koselleck, um “singular coletivo”, isto é, “o que

faz com que essas palavras singulares sejam conceitos é o extraordinário leque de significados que elas podem conter”<sup>6</sup>.

Depois de selecionado o conceito, a partir do processo de teorização verificado nas fontes, como podemos prosseguir metodologicamente com seu estudo? A chave para respondermos a essa pergunta se encontra justamente nos elementos semânticos que formam a estrutura conceitual.

Gostamos do termo estrutura justamente porque ele remete a uma imagem arquitetônica, com sua base, vigas, contornos e adornos se relacionando harmonicamente para compor a imagem final do prédio ou monumento. Pensamos a estrutura semântica de um conceito da mesma forma – os elementos semânticos socialmente selecionados em um determinado contexto histórico irão se unir e contribuir, cada uma a sua maneira, para o entendimento e a eficácia histórica do conceito em questão. Ao mesmo tempo, cada um desses elementos/materiais possui a sua história, o lugar de onde veio, a maneira como chegou ali, e o porquê da sua presença naquela estrutura (ou ausência, caso venha a deixar de fazer parte daquele todo).

No início do capítulo nos referimos a dois eixos primordiais para a escrita da história conceitual: o eixo temporal e o eixo semântico. Nós vimos como esses dois vetores se entrelaçam no surgimento histórico (e na escolha metodológica historiográfica) de um conceito fundamental. Analisemos agora como a semântica e a temporalidade também perpassam todo o estudo dos elementos que compõem a estrutura de um conceito fundamental.

---

<sup>6</sup> “[...] what makes such singular words into concepts is the extraordinary range of meanings they may contain.” RICHTER, Melvin; RICHTER, Michaela, A Note on The Translations. In: **Journal of the History of Ideas** - Volume 67, Number 2, April 2006, p. 346. Tradução nossa.

## 2.2 Temporalidade: uma pré-condição da história

Quando citamos Koselleck no início a respeito da necessidade de uma epistemologia específica para a história, acreditamos que o autor se referia principalmente à necessidade de uma teoria do tempo histórico, pois, para o historiador, a temporalidade é o substrato de toda história. Nas palavras de Marc Bloch,

[...] dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo. Entretanto, para muitas dentre elas, que, por convenção, o desintegram em fragmentos artificialmente homogêneos, ele representa apenas uma medida. Realidade concreta e viva, submetida à irreversibilidade de seu impulso, o tempo da história, ao contrário, é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como o lugar de sua inteligibilidade (BLOCH, 2001, p.55).

Para Koselleck o chamado tempo natural, isto é, o tempo baseado no movimento dos astros não é capaz de nos informar sobre a natureza do chamado “tempo histórico”. Para o autor o tempo histórico se encontra atrelado ao âmbito político e social, é imanente à história e aparece como fruto das experiências e expectativas de homens e instituições cujas ações engendram não um tempo único e universal como o proporcionado pela cronologia, mas diversos ritmos temporais que lhes são próprios.

Segundo Jordheim, a "destruição histórica e metahistórica" do tempo natural, que verificamos na teoria de Koselleck, e sua substituição pela noção de tempos históricos, se dá pela noção de experiência humana. "Colocado de outra maneira, o movimento do "tempo" para "tempos" pode se dar apenas através da meditação fenomenológica da experiência humana" (JORDHEIM, 2012, p. 161).

Não se trata de negar o tempo da natureza e a nossa relação com ele ou a importância da cronologia como uma importante ferramenta da narrativa histórica. O que

Koselleck pretende ressaltar é que as experiências temporais não se limitam ao nascer e envelhecer, ou a passagem das estações - noções como progresso, declínio, duração, cedo ou tarde de mais, tradicionalismo ou vanguardismo são importantes indicadores de temporalidade, ou antes, de temporalidades históricas.

Assim, em sua teoria dos tempos históricos Koselleck acredita que [...] no processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou, usando-se a terminologia antropológica, entre experiência e expectativa, constitui-se algo como um “tempo histórico” (KOSELLECK, 2006a, p.16).

Essa é uma das facetas mais complexas e ricas da teoria koselleckiana, no entanto, no espírito da nossa busca pela aplicação da pesquisa conceitual, acreditamos que é possível esquematizar a temporalidade dos conceitos em duas esferas: macro e micro.

A esfera macro diz respeito aos movimentos do conceito no eixo diacrônico, ou seja, aos processos históricos envolvidos na sua formação e transformação.

Na prática, o que fazemos para determinar a temporalidade de um conceito é selecionar, primeiramente, quais significados fazem parte da semântica de um conceito em um determinado contexto histórico, mais especificamente, no momento em que esse termo se torna de fato o conceito teorizado e generalizante, processo ao qual já nos referimos. Para tanto, investigaremos, no eixo sincrônico, as utilizações e apropriações do conceito estudado – a linguagem orienta, mas é a história concreta que alimenta a história dos conceitos, pois é com base nela que serão respondidas todas as hipóteses a respeito das transformações verificadas na semântica conceitual.

A elaboração da história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*) por Reinhart Koselleck esteve ligada a idealização e a

escrita do projeto do dicionário histórico editado pelo autor em conjunto com dois nomes proeminentes da história social alemã, Wener Conze e Otto Brunner. O *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexicon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*<sup>7</sup>, daqui em diante referido como *G.G.*, publicado em nove volumes entre 1972 e 1997, é um léxico da história política e social alemã elaborado por diversos autores, que abrange 115 conceitos, compreendidos em mais de sete mil páginas. Os principais objetivos desse grande projeto, nas palavras de Melvin Richter, são:

[...] fornecer, pela primeira vez, informação confiável a respeito dos usos passados (na Alemanha) de conceitos políticos e sociais; caracterizar os modos pelos quais a linguagem tanto deu forma como registrou os processos de mudança que transformaram cada área da vida política e social alemã, de aproximadamente meados do século XVIII até meados do século XIX; tornar mais aguçada para os dias de hoje a consciência de como é usada a linguagem política e social. (RICHTER, M., 2006, p.42).

No entanto, não faltaram críticas ao *G.G.* Para Ramos (2010), as duas principais críticas voltadas para o Dicionário abordaram por um lado o a percepção de que o mesmo seria demasiadamente elitista - para alguns críticos, apesar de a obra analisar diários, periódicos e outros documentos não oficiais, o texto de grandes pensadores predomina entre as fontes, causando certo desequilíbrio entre o “popular” e o “elitista”; por outro lado, os críticos questionam se o formato de dicionário com entradas ordenadas alfabeticamente não dificultaria uma compreensão orgânica da história, isto é, se essa separação estilística não acabaria por simular uma falsa separação no todo complexo e interligado que é a experiência social.

---

<sup>7</sup> Conceitos fundamentais na história: um léxico histórico sobre a linguagem política e social na Alemanha.

Pela própria natureza do método, achamos improvável que a segunda crítica tenha fundamento, pois o estudo dos conceitos nunca é feito de forma isolada, independentemente da separação alfabética ou por capítulos, por definição a história conceitual é uma história dos conceitos fundamentais em *ação* na sociedade, estritamente vinculados aos homens, instituições e seu (s) tempo (s).

Em relação à primeira crítica, a de elitismo, caberia um exame mais detalhado, pois *idealmente* deveria haver um equilíbrio entre as ditas fontes clássicas e as cotidianas, ou populares, para que a história conceitual pudesse se declarar como mais do que uma história de discursos políticos. No entanto, a realidade dos arquivos nos permite tal equilíbrio? É possível de fato ter o mesmo número de fontes consideradas clássicas (portanto, preservadas devido ao seu atribuído valor) e fontes produzidas no cotidiano dos homens tais como seus registros pessoais ou periódicos de pequena circulação? Julgamos ser importante ter no horizonte na pesquisa esse ideal de equilíbrio (se o objetivo da mesma é a circulação de saberes de forma mais ampla na sociedade), no entanto, é preciso aceitar abertamente e criar soluções para a realidade muitas vezes escassas dos registros “populares”.

Talvez o maior legado do grande projeto do G.G, tenha sido a reflexão sobre o nascimento do pensamento moderno, não só sobre o impacto da noção de progresso nos conceitos políticos, mas também das consequências perigosas de doutrinas cientificistas e progressistas para a consciência ocidental, uma preocupação que se tornou mais séria entre os intelectuais europeus no mundo pós segunda guerra, por razões óbvias. Para Pereira, tanto Koselleck quanto Gadamer foram figuras chave nesse amplo debate “acerca das consequências da consciência histórico-ciêntífica para os rumos tomados pelo mundo moderno” (PEREIRA, 2011, p.246).

A História dos Conceitos alemã se dedicou principalmente a pesquisa sobre os conceitos chave que conformaram a política e a sociedade Moderna. Tais conceitos chamaram a atenção, inicialmente de Otto Brunner, pelo fato de que indicavam uma mudança significativa no léxico político da modernidade, o que por sua vez refletia mudanças econômicas, políticas e cognitivas da Europa setecentista.

Uma das teses fundamentais do léxico G.G. é a noção de *Sattelzeit*, ou “tempo de sela”. O *Sattelzeit* corresponde cronologicamente ao final do século XVIII e, segundo Koselleck, representa um tempo de mudanças intensas na maneira como o homem moderno lida com a temporalidade. A pressuposição desse período limiar foi fundamental para a condução dos estudos alemães em história conceitual, pois nele, segundo o autor, podemos verificar claramente transformações temporais nas estruturas semânticas dos conceitos centrais da sociedade moderna, bem como o surgimento de novas palavras para expressar concepções e acontecimentos até então inéditos.

Em suma, o que distingue esse período é uma nova atitude perante o futuro. O porvir deixa de ser percebido como fatalidade, como destino e se transforma em possibilidade, em algo aberto e passível de ser mudado pela ação do homem.

A meu ver, porém, Koselleck coloca ênfase excessiva no século XVIII. Como já sugeri, convulsões políticas e sociais podem libertar a imaginação e não é difícil encontrar exemplos de tal libertação antes do século XVIII. (BURKE, 2012, p.212)

Não discordamos totalmente da crítica de Burke, de fato revoluções políticas anteriores ao século XVIII tiveram o seu papel na progressiva mudança de postura do homem em relação ao seu papel na política e na história. No entanto, é inegável a importância desse período que culminou na Revolução Francesa para as transformações



nas concepções de história, ação, inovação e principalmente, de revolução: “Desde os seus primeiros passos, a Revolução Francesa se pensa como a libertação decisiva de todos os modelos históricos” (OZOUF, 1989, p.843).

O olhar de Koselleck foca, mais vai além das convulsões sociais e seus slogans, suas pesquisas também se voltaram para a linguagem das Constituições, para os objetivos autodeclarados das principais organizações políticas e econômicas do período e principalmente para as teorizações (filosóficas, políticas, econômicas e artísticas) daqueles que buscavam definir o presente e o futuro do trabalho, da política e da organização da estrutura social em geral (KOSELLECK, 2011).

Para investigar como o vocabulário político e social da Alemanha se transformou de forma acelerada, ao mesmo tempo em que as estruturas sociais e econômicas sofreram mudanças até então inéditas, Koselleck formulou sua metodologia para pesquisar as transformações ocorridas na semântica conceitual: um estudo histórico-semântico que tem por objetivo rastrear o que surgiu de novo, que concepções foram abandonadas, que orientações para o futuro aquela estrutura semântica conceitual apresenta.

Segundo Michaela e Melvin Richter, isso significa retroceder ao Medievo, à Renascença, até mesmo à Antiguidade Clássica, pois a semântica dos conceitos estudados remonta a esses períodos anteriores (RICHTER, Melvin; RICHTER, Michaela, 2011. p. 347). Para lidar com essa temporalização de longa duração, Koselleck e outros pesquisadores envolvidos no projeto do *G.G.* utilizaram-se não apenas da história dos conceitos, mas também da história social estrutural.

Nós acreditamos que esse estudo que remonta aos primórdios da utilização do conceito e que a parceria entre história dos conceitos e história estrutural não são

prerrogativas do método – o que não significa dizer que esse enfoque não seja pertinente tendo em vista as necessidades da pesquisa.

Como dissemos anteriormente, o objeto da história conceitual são conceitos em ação na sociedade. Essa máxima deverá guiar o trabalho de pesquisa na medida em que o historiador deve buscar na documentação traços dos usos mais significativos do conceito, aqueles que de fato contribuem para as mudanças sociais e sua compreensão. Essa investigação sincrônica não tem limites demarcados: um conceito político não será estudado simplesmente na documentação política oficial, conceitos fundamentais sempre circulam em outras áreas da vida social, adquirindo traços semânticos das mais diversas apropriações, portanto as fontes também serão as mais variadas. Na tentativa de se capturar a maneira como a experiência histórica manifesta-se à superfície da linguagem, Koselleck se utilizou de inúmeros testemunhos: “políticos, filósofos, teólogos e poetas, mas também manuscritos de autoria desconhecida, provérbios e enciclopédias, quadros e sonhos foram investigados, assim como os próprios historiadores” (KOSELLECK, 2006a, p.15).

Uma vez selecionada a rede de significados que compõe o conceito, o trabalho será o de rastrear o percurso histórico de cada um dos elementos semânticos dessa rede: alguns significados de um conceito têm sua origem em um passado remoto e se mantiveram ativos ou pela força da tradição ou porque transformados se adaptaram às realidades subsequentes.

Um bom exemplo disso é o conceito “Crise” investigado por Koselleck no dicionário G.G. Para os gregos antigos o termo Crise (então, uma forma verbal que podia significar separar, julgar, decidir, lutar ou brigar) tinha significados que provinham da sua aplicação nos campos da lei, da política, da medicina e da teologia. Sua aplicação da medicina, originada no *Corpus Hippocraticum*, foi divulgada pelos estudos de Galeno e

utilizada nessa concepção por mais de quinze séculos. Naquele contexto, o termo referia-se tanto à condição observável do doente, um momento decisivo na evolução de sua enfermidade, quanto ao julgamento sobre o curso da doença, uma análise daquela alteração que poderia prever a morte ou cura do enfermo (KOSELLECK, 2006c, p. 360).

A medicina contemporânea se tornou mais complexa em diversos ramos e o uso do conceito Crise sofre adaptações semânticas em suas variadas aplicações. No entanto, a noção geral de uma diferenciação temporal no progresso da doença, de uma alteração que sobrevém no curso de uma enfermidade e que pode decidir seu desfecho, é uma herança de sua utilização grega.

No entanto a semântica não aponta apenas para o passado. Outros significados presentes em uma rede conceitual, por sua vez, podem indicar um futuro previsto, são prognósticos e expectativas voltadas para ações ou estruturas sociais *possíveis*.

A partir do século XVIII, o termo Crise se torna um conceito cujo campo semântico se expande para diversas áreas, como a economia, a psicologia e a filosofia da história. Com essa flexibilidade, o termo ganhou importância e se tornou um conceito fundamental na vida política e social. Dentro da filosofia da história, Rousseau, em 1762, foi o primeiro a utilizar a acepção moderna do conceito. A nova concepção do termo surge da crítica do filósofo a ordem social de sua época – de fato ele a proclamava fadada ao fracasso. Rousseau predizia que a ordem existente iria sucumbir a uma série de revoluções inevitáveis. Com o início do século XIX a sociedade presenciaria o início de um longo período de crises. Essa Crise de longo termo iria revolucionar a estruturação de toda a sociedade, a qual passaria a ter uma relação completamente nova com o trabalho e a produtividade. Essa concepção não se apresenta apenas como uma crítica a sociedade

europeia do século XVIII, mas sobretudo, como um novo prognóstico para o curso da História (KOSELLECK, 2006c).

Rousseau, com efeito, transforma um conceito escatológico em uma filosofia da história. Isso confere um significado ao conceito que vai além dos usos progressos do termo na linguagem política. (KOSELLECK, 2006c, p. 373)

Desta forma, analisando a história dos significados de um conceito, o historiador estabelecerá os recortes temporais de sua pesquisa. É nesse sentido que falamos (formalmente, apenas para organizar a nossa exposição) em *macro* estrutura temporal, pois aqui descrevemos o estudo das mudanças dos significados de um conceito na *diacronia*. É uma visão, digamos, aérea de seu objeto, um olhar recuado que abrange o processo de formação da semântica de um conceito na duração.

Quando dissemos que a longa duração não é uma prerrogativa do método, estamos refletindo sobre as diversas possibilidades de enfoque: nem toda pesquisa requer ou pretende um estudo estrutural. Acreditamos que o olhar que se volta para o processo de formação semântica pode ser mais ou menos recuado de acordo com os objetivos da pesquisa.

A segunda esfera diz respeito à estrutura temporal interna do conceito, isto é, um senso de temporalidade que acompanha a semântica do conceito intensificando o seu significado com sentimentos como esperança ou medo do futuro, saudade ou ojeriza ao passado.

Partiremos então da premissa apresentada por Koselleck de que os significados de um conceito fundamental se transformam não somente devido aos acontecimentos da

história, mas também devido às alterações na forma como uma dada sociedade experimenta o tempo.

Ao longo da produção do dicionário *G.G.*, Koselleck e os demais pesquisadores do projeto trabalharam com uma hipótese a respeito da temporalidade dos conceitos modernos, que foi em grande medida desenvolvida pelo autor. A hipótese fundamental que embasou todas as investigações do léxico político moderno alemão, pode ser assim resumida:

[...] na era moderna a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, ou melhor, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então (Koselleck, 2006a, p.314).

A relação intra-conceitual entre passado e futuro foi investigada por Koselleck através de um recurso metodológico que lhe é muito caro: a criação das categorias espaço da experiência e horizonte de expectativa. O par conceitual proposto por Koselleck pertence ao grupo das categorias formais definidas pelo pesquisador, isto é, não se referem *a priori* a nenhum conteúdo histórico específico. No entanto, segundo o autor, essas categorias representam um dado antropológico pré-existente, uma condição humana universal; para Koselleck toda história é impulsionada pela relação historicamente variável entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa.

Entende-se por espaço de experiência o passado tornado atual: não é difícil perceber tanto nos relatos históricos, quanto em nosso próprio cotidiano que no espaço do presente convivem simultaneamente diversos tempos anteriores preservados na memória e incorporados no cotidiano. Além de comportamentos e movimentos sociais voltados para a tradição e que se relacionam de uma forma mais complexa com o passado, podemos perceber claramente essa multiplicidade temporal em um simples olhar a nossa volta:

carros de luxo ao lado de carroças no trânsito, prédios modernos ao lado de igrejas setecentistas, crianças brincando de pega-pega enquanto outras se voltam para seus videogames portáteis.

Já o horizonte de expectativa é o que no presente é voltado para o futuro. São cálculos, esperanças e angústias voltadas para o que ainda não foi vivido, para as experiências que ainda não podem ser observadas.

Esse senso temporal é responsável por mudanças na semântica conceitual na medida em que uma dada relação com o passado (saudosismo, tradicionalismo, cultivo da memória coletiva, reafirmação da identidade histórico-cultural) ou com o futuro (otimismo, messianismo, progressismo, anseio pelo novo, aceleração consciente das mudanças) afetam o nosso comportamento e, portanto a nossa relação com a linguagem. A recíproca também é verdadeira, isto é, a temporalidade expressa e percebida pela linguagem também afeta o comportamento social.

[...] esta extensão temporal dos conceitos pode ajudar a explicar como esses afetam o mundo extra-conceitual que os conceitos políticos e sociais supõem como seu referente. O chamado à ação, que está algumas vezes implícito num conceito, é frequentemente mediado pelo senso de temporalidade que ele comunica à sua audiência. (MOTZKIN, 2006, p.78)

O conceito *Progresso* é um bom exemplo desse processo circular em que o conceito é formado pela temporalidade da sociedade ao mesmo tempo em que sua criação e utilização são capazes de incitar mudanças práticas, novas posturas diante do passado e do futuro.

No alemão, a palavra progresso [*der Fortschritt*] só foi cunhada no final do século XVIII e registrada, pela primeira vez, na obra de Kant. A primeira característica marcante do uso desse conceito colocado em ação pelas filosofias da história foi a sua

universalização – ele não nasce como um conceito setorial, isto é, se antes se falava do desenvolvimento das artes, das técnicas, dos saberes, etc., agora se fala em progresso da humanidade. Ao passar por esse processo de teorização, o conceito adquire a autonomia característica dos conceitos fundamentais: no século XIX é possível falar do progresso em si mesmo na medida em que ele se torna um slogan científico e político, assim como um chavão popular: “... é o progresso chegando”. Essa percepção clara de um movimento acelerado em direção a um novo futuro incorporada pelo conceito foi capaz de alterar o cotidiano das pessoas que passaram a acreditar na possibilidade de se romper com tradições e na promessa de um novo futuro. (KOSELLECK, 2002)

Gostaríamos de reforçar aqui a formalidade dessa separação macro/micro. Ela é útil para compreendermos as etapas da pesquisa em história dos conceitos, mas é importante ter em mente que essa separação não se dá na história de fato, essas esferas se interpenetram a todo o momento; de fato uma não pode existir sem a outra. Não há senso de temporalidade sem movimento temporal, da mesma forma, os movimentos da história só se tornam palpáveis para a sociedade na medida em que ela os articula em linguagem e se posiciona em um determinado presente em relação ao seu passado e ao seu futuro, em outras palavras, não existe independência entre diacronia e sincronia. Koselleck é tão enfático sobre esse aspecto que o autor de fato descreve a temporalidade de seus estudos como sincronia diacrônica.

Com certeza existem outras formas de representar essas duas dimensões temporais presentes na teoria de Koselleck e por nós chamadas de esferas macro e micro. Para Gabriel Motzkin (2006) a variabilidade temporal que Koselleck acredita estar refletida nos conceitos estudados pela história conceitual, pode ser definida de acordo com suas duas características principais: extensão e intensidade.

A extensão se refere à duração, ao movimento do conceito no tempo e na forma como esse percurso histórico se reflete em sua semântica. Podemos dizer que esse primeiro aspecto se equivale ao que chamamos acima de esfera macro temporal.

O segundo aspecto, a intensidade, diz respeito à experiência temporal embutida nos conceitos e se equivale ao que chamamos de micro esfera temporal. Tendo em vista que para Koselleck o que se transforma ao longo do tempo não é apenas o que o conceito supõe como referente, mas também os pressupostos temporais associados a esses referentes (orientação para o passado ou para o futuro), Motzkin denomina essa percepção temporal de intensidade histórica, pois é ela que caracteriza o nosso senso da experiência histórica, isto é, como nos sentimos, nos colocamos e agimos no tempo (MOTZKIN, 2006).

Acreditamos que ao lidar com camadas de temporalidade e significação, Koselleck conseguiu destrinchar o antigo e recorrente problema na historiografia de como lidar teórica e metodologicamente com continuidades e rupturas. A história dos conceitos nos auxilia a perceber que não existe dicotomia entre permanência e inovação, e que a persistência de determinadas estruturas não impede a irrupção do novo.

Ao mesmo tempo, nos tornamos mais atentos às evidências que indicam que a novidade não surge do nada: mesmo as mudanças e eventos mais dramáticos carregam em si determinadas estruturas repetitivas que apontam para o fato de que essas inovações são sintomas ou efetivações de complexos processos em curso, processos esses que se constituem como um jogo contínuo e tenso entre mudanças e permanências.

Convém diferenciar em que sentido estamos diante de problemas constantes ou perenes, em que medida se trata de problemas que, mesmo individualizados, são persistentes e respondem a desafios permanentes, e também quando há problemas que são realmente únicos, singulares, para os quais não encontramos precedentes. Se



diferenciarmos esse três níveis, teremos a possibilidade de discutirlos melhor [...] (KOSELLECK, 2006b, p. 140).

Por fim, ainda no que diz respeito ao estudo das temporalidades, gostaríamos de ressaltar que embora o léxico histórico *G.G.* tenha sido elaborado como a investigação de conceitos que se destacaram na política e sociedade europeia entre 1750 a 1850, as hipóteses e a metodologia que embasaram tais estudos não se restringem aos séculos XVIII e XIX.

Assim, em grande medida, o léxico é orientado para o presente. O seu tema é como o mundo moderno tem sido registrado através da linguagem; como, em outras palavras, a modernidade foi compreendida e articulada através de conceitos que ainda são usados por nós.<sup>8</sup>

Segundo Koselleck, aquelas transformações conceituais indicam a gênese dos tempos modernos, mostram como desde então conceitos políticos e sociais centrais para o mundo ocidental têm apontado cada vez mais para um futuro inédito. Os conceitos fundamentais de nossa sociedade demonstram um progressivo distanciamento do passado, portanto, como as experiências prévias dos homens já não nos servem mais de modelo de ação.

A relação do homem contemporâneo com a ciência e a tecnologia reforçam esses elementos de futuridade presentes nas nossas conceituações políticas mais fundamentais, bem como nos conceitos nascidos ou fortalecidos no seio das ciências e que se ramificam para a sociedade com a força progressista que lhes é peculiar. Parece haver uma

---

<sup>8</sup> “Thus, to a considerable extent, the lexicon is oriented to the present. Its theme is how the modern world has been registered through language; how, in other words, it was comprehended and articulated through concepts which we still use”. KOSELLECK, R. Introduction and Prefaces to the *Geschichtliche Grundbegriffe*. In: **Contributions to the History of Concepts**, Vol.6, n. 1, 2011.p.8-9. Tradução Nossa.

reivindicação geral de que a história futura seja fundamentalmente diferente da passada, e isso certamente não é indiferente ao historiador de uma forma geral, mas, talvez, principalmente ao historiador da ciência.

### **2.3 Algumas Considerações Sobre o Estudo da Linguagem**

Já afirmamos acima que a história conceitual pode ser vista como o estudo da recepção e tradução de conceitos em contextos históricos diferentes. Aprofundar-nos-emos nessa comparação com o trabalho de tradutores para podermos compreender melhor como Koselleck concebe o estudo da linguagem.

Costuma-se falar na correlação entre o ofício de historiador e o ofício de tradutor: ambos transportam e adaptam significados de uma cultura a outra, atuando o tradutor geralmente na sincronia e o historiador geralmente na diacronia (é claro que esse não é sempre o caso).

Koselleck, também parte dessa comparação e uma das primeiras conclusões a que chega é que “toda leitura das conceituações passadas pelas gerações posteriores altera o espectro de significados transmitidos” (KOSELLECK, R. 2006b, p.101). Podemos dizer que o mesmo se dá com todo processo de tradução: o resultado nunca é uma reprodução idêntica do texto ou da fala que se pretende traduzir, pois os contextos de produção do original e da tradução não são os mesmos. Isso faz com que seja necessária uma interpretação do significado original e uma adaptação às condições do contexto atual.

Até aí, nada de novo. No entanto, Koselleck dá o próximo passo quando, ao refletir sobre esse processo simultâneo de aproximação e afastamento do texto original, afirma que todas as vezes que um autor ou orador faz uso de um conceito, o mesmo tem que lidar com a relação tensa entre os significados prévios e os novos que ele deseja expressar. A essa “imposição semântica” que o passado exerce em relação ao presente, Koselleck dá o nome de *impulso diacrônico*.

Nenhum autor pode criar algo novo sem voltar-se para o *corpus* estabelecido da linguagem [...]. Compreender ou ser compreendido pressupõe um conhecimento prévio de como a linguagem foi usada (KOSELLECK, 2006b).

Assim, todo impulso diacrônico conceitual implica em *reciclagem linguística* - é ela que permite que sejamos compreendidos e, ao mesmo tempo, é ela que toda inovação linguística terá que confrontar.

No entanto, a tradução histórica não diz respeito só ao que o passado nos impõe, mas o que impomos ao passado. Assim como na tradução entre diferentes línguas, o tradutor histórico tem que adaptar conceitos, ele atua com mediador entre o contexto original e o contexto ao qual se dirige a tradução.

Fica claro que esse é também um processo criador. O historiador terá que criar ou adaptar conceitos de sua época para transmitir àqueles do passado - os conceitos *espaço da experiência* e *horizonte de expectativa* se enquadram nessa categoria analítica.

Esse processo é sempre feito com o cuidado de se distinguir na narrativa do texto historiográfico o que se constitui como linguagem das fontes e o que se apresenta como categoria de análise. Assim, todo estudo que fazemos de conceitos fundamentais implica em um processo simultâneo de assimilação-destituição-inovação semântica. Essa estratégia

de pesquisa se baseia na característica multitemporal dos conceitos de manter componentes antigos e novos em seu campo semântico, identificada e conceitualizada por Koselleck.

Desta forma, a história conceitual trabalha com dois tipos de conceito: aqueles cujo antigo emprego precisa ser redefinido em termos da nossa linguagem contemporânea, e aqueles cujas palavras que os designam ainda se encontram em uso. Para realizar esses dois tipos de estudo Koselleck emprega e articula dois tipos de análise: a onomasiológica e a semasiológica.

A semasiologia pode ser resumidamente definida como a ciência das significações ou ainda, de forma mais simples, como o estudo de todos os significados de um termo. A onomasiologia, por sua vez, pode ser definida como a ciência das designações, ou o estudo de todos os nomes para um mesmo conceito ou estrutura semântica.

Embora de saída possa parecer que os termos se referem ou se identificam com a noção de significado e significante, a semasiologia e a onomasiologia vão muito além dos conceitos sausserianos (embora os mesmos sejam fundamentais para seus estudos).

Segundo Kurt Baldinger, 1966, os termos se referem a dois campos distintos de pesquisa da linguística que surgiram por volta de 1900 e se desenvolveram ao longo do século XX. Essa duas vertentes de estudo causaram polêmica entre os linguistas, sobretudo na primeira metade do século passado, e foram frequentemente vistos como alternativas conflitantes de pesquisa. Somente na segunda metade do século, pesquisadores passaram a ver possibilidade e vantagens na interseção entre os dois métodos.

A noção de semasiologia tem uma estrita ligação com a noção de contexto. Segundo o linguista Kurt Baldinger, o estudo da semasiologia ou do campo semasiológico, implica na investigação de estruturas de significação. Nesse sentido o estudo de diferentes contextos de aplicação de um termo é fundamental para se estabelecer a estrutura de

significados que se desenvolvem e se ramificam compondo a estrutura semântica de um determinado conceito. Nesse sentido, a tarefa da semasiologia “[...] consiste em tentar determinar em que natureza de estilo, em que camada social ou em que ofício nasce uma nova significação, e a que fatores históricos e culturais ela está ligada” (BALDINGER, 1966, p.19).

O contrário também é válido, isto é, a pesquisa do campo semasiológico também é muito importante para a interpretação de qualquer contexto, pois auxilia o pesquisador na distinção entre a linguagem das fontes e a sua própria linguagem:

[...] é o único meio de desmascarar os "amigos falsos", isto é, as palavras que nos são atualmente familiares e que acolhemos com prazer quando as encontramos num texto histórico, mas que interpretamos mal, pois elas, por assim dizer, mudaram de alma no correr do tempo (BALDINGER, 1966, p. 14).

Um bom exemplo de estudo e delimitação sincrônica de campos semasiológicos são dicionários alfabéticos. No entanto a semasiologia não se restringe ao estudo sincrônico.

O próximo passo da pesquisa semasiológica é sair da sincronia para a diacronia, isto é, buscar pelas transformações das estruturas semasiológicas de um termo ao longo do tempo.

Quando falamos em onomasiologia operamos um deslocamento do problema ou do foco da pesquisa. Em um estudo onomasiológico o pesquisador se pergunta se a transformação das significações implicou em alteração ou inovação das designações, isto é, ele busca pelas transformações no campo lexicológico.

O campo onomasiológico é igualmente estrutural só que, neste caso, são as diferentes designações vindas de diferentes áreas, que compõem a estrutura de significantes em torno de um significado. A conjugação de sincronia e diacronia também faz parte dos estudos onomasiológicos.

A título de exemplo, se formos estabelecer uma comparação entre os dois tipos de estudo podemos dizer que "a onomasiologia e a semasiologia têm entre si a mesma relação que um dicionário por matérias tem por um dicionário alfabético" (DORNSEIFF, 1940 *apud* BALDINGER, 1966, p. 8).

Como dissemos, Koselleck não foi o único pesquisador a perceber as vantagens de se conjugar esse dois métodos de pesquisa da linguagem, outros linguistas o fizeram no mesmo período. No entanto, pode-se dizer que Koselleck foi o pesquisador que mais explorou as vantagens e as possibilidades desses dois campos de investigação para a pesquisa histórica.

## **2.4 Pensando os Conceitos no Estudo das Ciências**

Acreditamos que por estabelecer um diálogo fluido entre história das ideias e história da linguagem, a história conceitual assim "instrumentalizada" já oferece muitas ferramentas para uma história das ciências que tem se mostrado nas últimas décadas tão preocupada em responder aos desafios do pensamento social pós virada linguística.

No entanto, talvez seja útil nos determos por um momento sobre a que conclusões pode chegar um historiador das ciências diante das orientações teóricas e metodológicas apresentadas.

Quanto ao objeto, quais seriam os conceitos fundamentais passíveis de ser estudados pela história das ciências? E qual a relação entre conceitos fundamentais da teoria koselleckiana e os conceitos formulados pela ciência? O historiador da ciência pode transformar “fatos científicos” em objetos de estudo?

Segundo Koselleck, depois de todas as considerações teóricas elaboradas no último século sobre a natureza da pesquisa historiográfica, hoje em dia “tornou-se impossível, embora ainda se tente com frequência, tratar cientificamente a história sem que se tenha uma ideia precisa das categorias pelas quais ela se expressa” (KOSELLECK, 2006a, p.305).

Para o autor, quando um historiador transforma vestígios do passado em fontes, ele sempre se movimenta entre dois planos: ou ele se utiliza dos conceitos já articulados nas fontes para acessar a realidade passada, ou ele, baseando-se em hipóteses, cria ou recorre a conceitos criados posteriormente por teóricos para reconstituir uma realidade não explícita nas fontes. “Trata-se, então, de conceitos ligados às fontes e às categorias científicas do conhecimento, que é preciso distinguir, e que podem estar associados entre si, mas não o estão necessariamente” (KOSELLECK, 2006a, p.305-306).

Tendo isso em mente, acreditamos que se o historiador opta por utilizar o conceito “fato científico” acabará percorrendo um dos dois caminhos metodológicos: primeiro, ele pode tomar para si a definição fornecida pelos cientistas e proceder sua investigação de acordo com esses critérios tomados de empréstimo; ou ele pode optar por outro caminho e transformar o conceito “fato científico” em categoria de análise e, para tanto, o historiador deverá deixar claro o que entende por “fato científico”, estabelecendo as divergências ou convergências entre a sua utilização e a da fonte, e justificando os critérios de sua utilização enquanto categoria científica historiográfica.

Acreditamos que o primeiro caminho é demasiadamente problemático para o historiador da ciência, pois o resultado será uma história científicista, que se auto justifica e que, portanto não permite que a história das ciências exerça o seu mais importante papel, o de pensar a ciência como uma produção social e historicamente localizada, desmistificando seus cânones e entendendo melhor seu funcionamento e objetivos dentro de uma determinada cultura, sendo-lhe, portanto, útil.

Em relação ao segundo caminho, Koselleck nos alerta que quando um mesmo termo designa ao mesmo tempo o conceito estudado e a categoria histórica, então, estabelecer as diferenças na significação e utilização de ambos, se torna ainda mais importante.

Como apresentado ao longo do capítulo, a história dos conceitos mede a diferença entre as categorias atuais do conhecimento e a linguagem das fontes. Esse processo de tradução, ou comparação entre diferentes estruturas semânticas, se mostra muito útil ao historiador da ciência, pois sua tarefa constante de transformar pretensas *verdades* universais em *validações* historicamente contextualizadas se torna mais clara com um instrumento metodológico que consiste na busca por semelhanças e diferenças entre os conceitos do pesquisador e os conceitos da fonte.

Assim, seguindo a história dos conceitos, podemos criar categorias que auxiliem o estudo conceitual orientando metodologicamente o que já se concebeu no plano teórico como premissas da pesquisa, como no caso das já citadas *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, ou elaborar estudos utilizando-se dos próprios conceitos apresentados pelas fontes, especificando sua estrutura semântica e suas mudanças no tempo, como nos exemplos *Liga* e *Crise*.



No caso do conceito “fato científico” ou simplesmente “fato” podemos então buscar nas fontes sua utilização nas ciências e estabelecer na diacronia sua estrutura semântica e modificações ao longo do tempo. Nesse caso o historiador se fará perguntas como: quando o termo “fato científico” se transformou em um *conceito fundamental*? Quais eram então os elementos da sua estrutura semântica? Como se modificaram ao longo do tempo, ou seja, o que ficou, se transformou, ou foi abstraído da complexa estrutura que compõe hoje em dia a sua semântica?

O outro caminho possível para utilizarmos do conceito “fato científico” em uma pesquisa histórica, seria transformá-lo em categoria de análise de acordo com premissas teóricas previamente estabelecidas pelo próprio historiador, ou baseando-se em um conceito epistemológico desenvolvido por outro pesquisador. Isto é, com uma conceituação pré-definida do que se entende por fato científico, o pesquisador pode utilizá-lo como hipótese auxiliar para a investigação de outros conceitos científicos tidos pela fontes como “fatos bem fundamentados”.

Essas mesmas premissas valem para os demais conceitos “operacionais” (tais como átomo, evolução, gravidade, inconsciente, transgênico e etc.) ou conceitos que se caracterizam como premissas do *ethos* científico (como verdade, erro, ética, objetividade, empiria, etc.). Será sempre preciso estabelecer as diferenças entre a linguagem metaconceitual historiográfica e a linguagem das fontes.

É interessante lembrarmos aqui a noção koselleckiana de que conceitos fundamentais estão sempre no centro de polêmicas e debates acirrados. Por isso mesmo, reafirmamos que um estudo conceitual não pode se resumir a um único grupo ou coletivo de pesquisadores que tenham um *estilo de pensamento* em comum - retomando a definição fleckiana, o *estilo de pensamento* de um determinado grupo é por definição uma

conformidade de pensamento, não há cotidianamente divergências fundamentais na forma do coletivo compreender o mundo.

Assim, acreditamos que no que diz respeito ao estudo conceitual no âmbito da ciência pode-se estabelecer o seguinte critério de seleção, tendo em vista a categoria “conceito fundamental” estabelecida por Koselleck: conceitos fundamentais na ciência são aqueles que se encontraram no centro de debates acirrados entre diferentes coletivos de pensamento ou que foram capazes de causar crises nos seios de um estilo de pensamento causando a reordenação estrutural do mesmo.

Retomando as características dos conceitos fundamentais, propomos que somente nessas condições um conceito científico é capaz de ação histórica, ele não apenas é significado pelo coletivo, mas ele significa o fluxo de pensamento e a estrutura do mesmo; deixa de ser um conceito voltado para as particularidades do estilo de pensamento e ganha em abstração se tornando um singular coletivo, um conceito rico em diversidade de significados e experiências históricas; nesses momentos será possível identificar e descrever o processo de teorização no qual o conceito se encontra no centro de debates e sobre o qual especialistas de diferentes estilos irão se debruçar na tentativa de significá-lo; enfim, se tornam termos passíveis de interpretação.

Uma vez definido o conceito fundamental, prossegue-se com o estudo das permanências ou transformações da sua estrutura semântica analisando-se as relações entre o círculo esotérico (de especialistas) em questão e os círculos exotéricos (as demais instituições e expressões culturais) com o quais ele se relaciona.

Pensemos no conceito de Ciência, por exemplo. Que elementos podem estar contidos na estrutura desse termo que fazem com que ele seja um conceito, nos parâmetros koselleckianos? Podemos dizer que contemporaneamente estão presentes uma série de

elementos sociais que incluem, para citar apenas alguns, as instituições financiadoras, as ONGs, as universidades, a mídia, os cientistas, os laboratórios, o instrumental científico, as teorias e etc.

Esses elementos estão claramente vinculados a um determinado contexto histórico: a influência das ONGs, por exemplo, é um fenômeno recente na história das ciências. Determinar que elementos deixam ou passam a fazer parte da estrutura de um determinado conceito, e como esse fenômeno linguístico se relaciona aos processos históricos concretos, é justamente o trabalho a que se propõe a história conceitual.

Novamente, o foco em elementos teóricos e elementos institucionais dependerá do tema e do foco da pesquisa. Não existem fórmulas para determinar o equilíbrio entre o “interno” e o “externo”. Retomando Wittgenstein, não há hierarquia nos conhecimentos, a teia é complexa e possui inúmeras e diversas conexões.

Em relação às fontes de uma história dos conceitos científicos, naturalmente, a forma como um historiador as seleciona depende muito do foco da pesquisa e da disponibilidade das mesmas, no entanto, podemos dizer que, de uma forma geral, o contexto de produção das mesmas é muito relevante para a sua subsequente análise historiográfica.

Em uma história conceitual o contexto de publicação ou utilização dos conceitos é fundamental. Pois o contexto é o que alimenta a estrutura semântica e ao mesmo tempo é o indício da história por detrás da semântica, a fonte de acesso do historiador aos acontecimentos e instituições do passado, o ponto de encontro entre linguagem e pensamento.

Como já foi dito, as fontes de uma história conceitual são as mais variadas não havendo a princípio, nenhuma restrição. Poder-se-ia supor que por ser uma história

conceitual, as fontes escritas seriam as únicas consideradas. No entanto, uma vez que se trabalha não apenas com a historicidade dos termos (onomasiologia), mas também com a historicidade das estruturas semânticas (semasiologia), outras fontes se mostram úteis na análise diacrônica de conceitos.

Exemplos de fonte em uma história dos conceitos científicos seriam então declarações públicas de cientistas ou autoridades ligadas à ciência, regulamentações institucionais, publicações de vulgarização científica, manifestos de ONGs ou outras organizações não científicas, tratados ou artigos científicos, série de entrevistas gravada ou filmadas relacionadas ao tema, registros orais do saber popular, imagens midiáticas, representações didáticas e etc...

As possibilidades são virtualmente infinitas, sua seleção dependerá do corte temporal e temático da pesquisa, e claro, da possibilidade de acesso às mesmas. Essa pluralidade de fontes é o inevitável reflexo da complexa “constelação de fatores teóricos e extrateóricos” que constituem o saber científico, como colocou Mannheim (1967). Desta forma, reafirmamos que o rastro linguístico dos conceitos, isto é, a palavra ou termo que o designam é sempre fruto da interseção de fatores e processos sociais específicos em um momento histórico específico.

O recorte temporal de uma história conceitual também é diverso e, a princípio, problemático. Se o historiador está sempre exposto ao problema da busca pelas origens, o está ainda mais o historiador conceitual, pois seu trabalho é justamente rastrear o percurso diacrônico do conceito em busca de suas formulações preliminares até as suas conceituações mais fundamentadas. Como nos alerta Fleck, “nem toda ideia antiga que apresenta semelhanças com uma descoberta posterior possui com ela uma relação histórica” (FLECK, 2010, p.66). Como evitar essa armadilha antiga do ofício do

historiador, tratada por tantos pesquisadores e chamada por Marc Bloch de ídolo das origens?

A análise histórica social aliada à análise linguística nos ajuda a abordar o problema por dois ângulos: por um lado, o estudo histórico semasiológico treina o nosso olhar para perceber os diversos significados atribuídos historicamente a uma mesma palavra, fazendo-nos perceber que a utilização de um mesmo termo no passado não implica necessariamente na mesma conceituação e, portanto, em um vínculo evolutivo entre uma pré-ideia e um conceito atual; por outro lado, ao nos dedicarmos ao estudo histórico onomasiológico estaremos atentos às diversas terminologias ligadas a uma mesma conceituação, o que tornará possível encontrar os antepassados históricos de conceitos atuais sem que nos prendamos à linguagem contemporânea das ciências.

É nesse sentido que dissemos acima que nem toda história conceitual é uma história de longa duração. O estudo histórico dos conceitos políticos nos mostra que esse geralmente é o caso, no entanto não há nada na metodologia desenvolvida por Koselleck que vete um estudo conceitual de curta ou média duração.

Seria necessário um estudo da temporalidade histórica dos conhecimentos científicos, assim como Koselleck elaborou a respeito da política moderna, para afirmar com mais segurança quais movimentos históricos temporais caracterizaram o surgimento e o desenvolvimento da ciência moderna. No entanto, acreditamos que é possível inferir nos baseando em estudos históricos das ciências, assim como o faz Ludwik Fleck, que os estilos de pensamento nas ciências estão sujeitos a constantes *mutações*. Isso significa dizer que as transformações ou inovações decisivas que ocorreram no seio de uma ciência não serão necessariamente processos de longa duração.

Em sua busca pela definição e contextualização do tempo histórico, Koselleck chega à conclusão de que o horizonte de expectativa da política moderna, ou seja, as projeções e preocupações voltadas para o futuro passaram a ter uma importância progressivamente maior do que o espaço da experiência, isto é, a vivência passada como modelo e lição (uma mudança de percepção que fica muito clara durante a Revolução Francesa). O resultado foi uma aceleração temporal, um encurtamento cada vez maior do espaço que o passado (enquanto memória e tradição) ocupa na vida política do homem moderno, e um aumento da ânsia pela inovação, pelas rápidas mudanças, pelo planejamento voltado para um novo futuro que se deseja cada vez mais próximo (Koselleck, 2006a).

Talvez por se constituir como um pensamento eminentemente moderno, o pensamento científico tenha como característica histórica uma aceleração temporal ainda mais marcada. Fica faltando aqui um estudo mais detalhado sobre o tema.

De qualquer forma, o ponto que pretendemos desenvolver aqui é que a distância temporal entre os contornos iniciais de uma ideia e sua ampla aceitação posterior como um conceito operativo na ciência, não pode ser definida de antemão: o tempo também é uma variável histórica.

No que tange ao estudo da linguagem e seu papel na formulação e na transmissão dos conhecimentos, Koselleck afasta-se de estudos socioconstrutivistas das ciências e se aproxima de autores como Ludwik Fleck ao refletir sobre as condições de possibilidade da narrativa histórica. Para compreendermos um pouco como a teoria da linguagem de Koselleck pode ser um bom instrumento de pesquisa bem como uma defesa de um determinado posicionamento epistemológico para a história das ciências, faremos um

paralelo com a dinâmica fleckiana de elementos *passivos* e *ativos* na conformação do conhecimento científico.

Aos elementos sociais (históricos, psicológicos e sociológicos) que conformam o conhecimento científico Fleck dá o nome de *ativos*. A denominação desses elementos como ativos é dúbia, pois embora ela indique a criação ativa do grupo de pesquisadores no processo de seleção, observação, classificação, ordenação, enfim, na transformação de indícios em conceitos, essa transformação não é, em grande medida, consciente.

Podemos afirmar que a formação do pensamento, seja científico ou político, se dá para Fleck assim como para Koselleck em contextos e condições específicos. A coerção cultural mais ampla exercida pela sociedade em que se vive ou particular exercida pelo conjunto de dogmas específico de um estilo de pensamento, é um dado antropológico da evolução histórica ocidental.

Não acreditamos que ambos os autores excluam por completo a criação individual, o espaço, mesmo que pequeno, da criatividade humana e da capacidade de inovar. No entanto, como em ambos os casos a busca é pela linha média de evolução dos conhecimentos, tanto Fleck como Koselleck trabalham com a perspectiva do pensamento coletivamente construído, com a “atmosfera” coercitiva que orienta nossas ações e concepções sociais.

No entanto, para o autor, a ciência não se constitui apenas de entendimentos socialmente compartilhados. Há na construção do conhecimento científico uma relação com o mundo natural que limita a criatividade humana.

Assim, em Fleck a construção social e a empiria mantém uma relação equilibrada dentro de um “sistema de referências”. Para o autor, se por um lado a lógica científica deriva do social, isto é, a estruturação do conhecimento se dá na produção coletiva social e

culturalmente orientada do saber, por outro “encontram-se sempre no conteúdo do conhecimento outras relações que não se explicam psicologicamente (seja no plano individual, seja no coletivo), nem historicamente”<sup>9</sup>. A essas relações, Fleck dá o nome de *passivas*.

Para exemplificar como as relações passivas e ativas do saber se associam na constituição de um sistema de referências, o autor cita a utilização de extratos alcoólicos para a verificação de alterações sanguíneas causadas pela sífilis: a escolha do álcool para o preparo do extrato é da ordem ativa do saber, pois foi determinada no contexto das ideias produzidas e compartilhadas por uma comunidade de pesquisadores. “Sua utilidade, entretanto, é da ordem passiva, enquanto **resultado inevitável**”<sup>10</sup>, isto é, a reação química que ali ocorre pode ser explicada e classificada de muitas formas, mas a sua ocorrência desta e não de outra forma, está para além das convenções sociais.

Assim, para o autor, há uma *associação inseparável* de ambos os elementos, passivos e ativos, o que cria uma relação dialética na interação entre sujeito, sociedade e natureza, ou colocado de outra forma, uma dialética entre linguagem e realidade.

Embora se debruce sobre outros temas, Koselleck vai na mesma direção de Fleck ao refletir sobre linguagem e sua capacidade de representação. Para o autor, linguagem e realidade nunca coincidem completamente, portanto não é possível reduzir a história a um fenômeno linguístico. Não se trata de afirmar que existam eventos históricos “em si mesmos”, à margem de sua elaboração linguística – nem os acontecimentos, nem a sua

---

<sup>9</sup>FLECK, 2010, p.50.

<sup>10</sup>*Idem*, p.132. grifo nosso.



apreensão historiográfica são possíveis sem atos de linguagem. O que o autor afirma é que ambos (acontecimento e apreensão) não se reduzem à linguagem.<sup>11</sup>

Para Koselleck, ambos os lados extremos da questão – a saber, a dependência absoluta da linguagem em relação às condições reais, como no materialismo histórico, e a afirmação de que tudo está linguisticamente determinado, como no socioconstrutivismo – reduzem a linguagem a uma mera reação ante os acontecimentos, "como se a língua viesse a se constituir na última instância da experiência histórica"<sup>12</sup>. Pode-se dizer que em Koselleck, assim como em Fleck, há um movimento dialético entre linguagem e o "mundo extralinguístico", uma constituição recíproca, e tensa, em que as formulações linguísticas apontam para fatores exteriores à linguagem que, por sua vez, são percebidos e significados por meio da linguagem social e historicamente construída.

Na prática, os elementos passivos não são, por assim dizer, diretamente acessíveis para o historiador, nossa pesquisa atua na terceira instância da dialética epistemológica, no conhecimento já teorizado e formulado pela linguagem. No entanto, essa compreensão dialética dos processos de construção do conhecimento nos ajuda a evitar o reducionismo socioconstrutivista que faz com que a história caia na armadilha que separa linguagem do real e que acaba por render o seu próprio discurso como inútil perante o olhar daqueles que, quer concordemos ou não, tomam decisões práticas diante da realidade com a qual dialogam.

Segundo Koselleck, as diversas abordagens relativistas que tendem a suavizar, de uma forma geral, a antítese entre realidade e pensamento, utilizando-se de pares conceituais como "experiência e sentido" e "contexto e texto", acabam por ocultar as relações de tensão entre linguagem e não linguagem, tensão essa que está presente no

---

<sup>11</sup> KOSELLECK, 2006a.

<sup>12</sup> KOSELLECK, 1992, p.136.

cotidiano dos homens e instituições investigados pela história – “o discurso é sempre mais ou menos do que seu desdobramento no curso da história” (KOSELLECK, 1989, p.653).

Assim, torna-se possível perceber as vantagens de assumirmos uma concepção mais pragmática da linguagem da ciência. A consequência disso para a história da ciência, a nosso ver, será uma visão mais clara dos processos pelos quais se dá a ciência e um maior diálogo com outras perspectivas sobre o saber científico, inclusive a dos próprios cientistas. Se a história das ciências se arriscar a assumir uma perspectiva mais pragmática do conhecimento, é possível que suas considerações possam ser percebidas como mais relevantes por aqueles que lidam com as ciências no dia a dia e que precisam constantemente apresentar soluções diante de controvérsias técnicas, éticas, políticas, midiáticas e sociais.

## Considerações Finais

Em nossa jornada em busca de uma maior aproximação entre a teoria da história e a epistemologia das ciências o nosso horizonte sempre foi a reflexão metodológica sobre a escrita da história das ciências.

A nossa escolha pela (re) escrita da história das ideias científicas foi apenas um dos caminhos possíveis para se contribuir com ampliação do importante diálogo entre história das ciências e teoria da história.

Em um primeiro momento, nos dedicamos a reconstituir o percurso historiográfico da história das ideias nos estudos metacientíficos e no campo mais específico da disciplina história. Essa reconstituição teve como objetivo demonstrar que ainda existem questões pendentes e pertinentes a serem trabalhadas na história das ciências, bem como na história *tout court*, no que diz respeito à historicidade dos conteúdos cognitivos.

Em um segundo momento, nos detivemos nos métodos da história dos conceitos elaborada por Koselleck, por acreditarmos que todo estudo histórico necessita de uma reflexão metodológica, de um espaço para reflexão em que o pesquisador escolherá, dentre os muitos caminhos possíveis da pesquisa historiográfica, o mais adequado para os objetivos e especificidades cognitivas de sua exposição acadêmica. Esperamos ter demonstrado que a história dos conceitos se mostra como um instrumento útil ao historiador das ciências interessado em elaborar pesquisas cujo foco principal sejam conceitos e teorias.

Se definirmos a nossa proposta de reflexão metodológica em termos fleckianos, podemos dizer que este trabalho foi escrito dentro do estilo de pensamento historiográfico,

mais especificamente, a partir da perspectiva da história dos conceitos. Mesmo quando nos propusemos a olhar com olhos de epistemólogo, a nossa percepção histórica prevaleceu. E não poderia ser diferente tendo em vista a nossa formação e continua inserção dentro do coletivo historiográfico de pensamento.

Como nos ensina Fleck, o estilo de pensamento é a “totalidade das disposições mentais, a disposição para uma e não para outra maneira de perceber e agir” (FLECK, 2010, p.110). No entanto, Fleck não aprisiona em grades de ferro os diferentes estilos de pensamento: em sua percepção, os estilos são cheios de porosidades, de possibilidades de inserção e troca com diferentes formas de pensar e agir. Embora não seja de modo algum fácil (os sinais de resistência são evidentes) é possível haver comunicação entre estilos diferentes.

Propusemos aqui que a comunicação entre os estilos de pensamento da epistemologia da ciência e da historiografia não é apenas possível, mas também desejável. Ambos os lados podem se beneficiar com ganhos cognitivos sobre os complexos sistemas sociais e naturais que formam o seus saberes, e sobre os procedimentos metodológicos para estudá-los.

Desta maneira, a história das ciências tem muito a ganhar com essa interseção de perspectivas, a sua própria natureza faz com assim o seja: essa disciplina nasceu e se desenvolveu como um saber híbrido que insiste em romper as barreiras aparentemente herméticas dos conhecimentos científicos com seu olhar social e historicizante.

Se o diálogo entre diferentes epistemologias está na sua proposta de pesquisa, na sua razão de existir, por que não explorá-lo em sua metodologia? Por que não dialogar não apenas com os saberes das ciências naturais que são seu objeto, mas também com a própria

epistemologia da história que constitui seu olhar, sua metodologia, sua chave de leitura de todas as HISTÓRIAS das ciências?

## Referências Bibliográficas

ANKERSMIT, F. R. Historiografia e Pós-Modernismo. In: **Topoi – Revista de História**, v. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

BARNES, Barry, "Sociological Theories of Scientific Knowledge", *In*, OLBY, R., CANTOR, G., CHRISTIE, J., HODGE, M. (org.), **Companion to the History of Modern Science**. Londres: Routledge, 1990.

BALDINGER, K. Semasiologia e Onomasiologia, In: **Alfa, Revista de Linguística**, v.9, 1966.

BENTIVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. In: **Dimensões**, vol. 24, 2010, p. 114-134.

BEVIR, Mark. BEGRIFFSGESCHICHTE. In: **History and Theory**, vol. 39 (May 2000), p. 273-284.

BLOCH, M. Apologia da História. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter. A Esperança tem História? In: **Estudos Avançados**, v.26, n.75, 2012.

\_\_\_\_\_. A Escola dos Annales 1929-1989: A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

CLARK, Elizabeth A. **History, Theory, Text: historians and the linguistic turn.** Cambridge: Harvard University Press, 2004.

COHEN, R. S. & SCHNELLE, T. (Ed.). **Cognition and fact; materials on Ludwik Fleck.** New York: Kluwar Academic Publishers, 1986.

COLLINI, Stefan, What is Intellectual History? In: **History Today.** Vol. 35, 1985.

CONDÉ, Mauro LúcioLeitão. “Prefácio à edição brasileira - um livro e seus prefácios: de pé de página a novo clássico” In: FLECK, L. **Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico.** Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

\_\_\_\_\_. “O Círculo de Viena e o Empirismo Lógico”. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas.** Publicação semestral do departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Faculdade de Ciências Humanas e Letras – FAHL – Faculdades Integradas Newton Paiva. Belo Horizonte, ano 3, n.5, p.98-106,out.1995.

\_\_\_\_\_. “Paradigma versus estilo de pensamento na história da ciência”. In: CONDÉ, M. L. L. & FIGUEIREDO, B.G. (Org.). **Ciência, História e Teoria.** Belo Horizonte: Argumentum, 2005. p.123-146.

\_\_\_\_\_. (org.) **Ludwik Fleck, estilos de pensamento na ciência.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

\_\_\_\_\_. Wittgenstein e a gramática da ciência, In: **UNIMONTES CIENTÍFICA.** Montes Claros, v.6, n.1, jan./jun. 2004.

CUTTICA, Cesare. What type of historian? Conceptual history and the history of concepts: a complex legacy and a recent contribution In: **History and Theory,** vol. 51 (October 2012), p. 411-422

DANTES, M. A. M. História da Ciência no Brasil- Perspectivas. In: **SCIENTIARUM HISTORIA IV- 4º Congresso de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia,** 2011, Rio de Janeiro. **SCIENTIARUM HISTORIA IV- Livro de Anais.** Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. v. 01. p. 35-42.

DARTON, Robert. **O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DORNSEIFF, f. **Der Deutsche Wortschatz nach Sachgruppen,** 2a ed., 1940. Introdução, p. 25. Apud **BALDINGER,** 1966.

FALCON, Francisco. História das Idéias, In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FLECK, Ludwik. **Genesis and Development of a Scientific Fact**. Chicago: The University of Chicago Press, 1979.

\_\_\_\_\_. **Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

\_\_\_\_\_. On the Archaeology of the Sciences: Response to the Epistemology Circle, In: FAUBION, James D. (Ed.) **Essential Works of Foucault 1954-1984, Volume Two**. New York: The New Press, 1998.

GAVROGLU, Kostas e RENN, Jürgen (eds.), **Positioning The History of Science**. Netherlands: Springer, 2007.

GRAFTON, Anthony. The History of Ideas: Precept and Practice, 1950-2000 and Beyond. **Journal of the History of Ideas**, vol. 67, Number 1, January 2006, p. 1-32.

GUMBRECHT, H. U., **Graciosidade e Estagnação: ensaios escolhidos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2012.

HACKETT, E.; AMSTERDAMSKA, O.; LYNCH, M.; WAJCMAN, J. (orgs.), **The Handbook of Science and Tecnology Studies**. Massachusetts: The MIT Press, 2008.

HESS, D. **Science Studies: an advanced introduction**. Nova York: New York University Press, 1997.

HOFFMANN, Stefan-Ludwig. Koselleck, Arendt, and the Anthropology of Historical Experience. **History and Theory**, vol. 49 (May 2010), p. 212-236.

IGGERS, G. G. **Historiography in the Twentieth Century: From Scientific Objectivity to the Postmodern Challenge**. Hanover: University Press of New England, 1997.



\_\_\_\_\_ **The German Conception of History: The National Tradition of Historical Thought from Herder to the Present.** Middletown: Wesleyan University Press, 1968.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES Júnior, João (org.) **História dos conceitos: debates e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio, 2006.

\_\_\_\_\_ (org.) **História dos conceitos: diálogos transatlânticos.** Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio, 2007.

JORDHEIM, Helge. AGAINST Periodization: Koselleck's Theory of Multiple Temporalities In: **History and Theory**, vol. 51 (May 2012), p. 151-171.

KELLEY, Donald R. Eclecticism and the History of Ideas. **Journal of the History of Ideas**, vol. 62, Number 4, October 2001, p. 577-592.

\_\_\_\_\_ Intellectual History in a Global Age. **Journal of the History of Ideas**, vol. 66, Number 2, April 2005, p. 155-167.

KIRSCHNER, T. C. A Reflexão Conceitual na Prática Historiográfica. In: **Textos de História**, vol.15, n.1/2, 2007.

\_\_\_\_\_ & LACERDA, Sonia. Tradição intelectual e espaços historiográficos ou por que dar atenção aos textos. In: LOPES, Marcos (org). **Grandes nomes da História Intelectual.** São Paulo: Contexto, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Crítica e Crise:** Uma Contribuição à Patogênese do Mundo Burguês. Rio de Janeiro: Editora da UERJ/Contraponto, 1999.

\_\_\_\_\_. **The Practice of Conceptual History.** Stanford: Stanford University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. **historia/Historia.** Madri: MinimaTrotta, 2010.

\_\_\_\_\_. **Los Estratos del Tiempo: estudios sobre la historia.** Barcelona: Paidós, 2001.

\_\_\_\_\_ ; GADAMER, H.-G. **Historia y Hermenéutica.** Barcelona: Paidós, 1997.

\_\_\_\_\_. Linguistic Change and the History of Events. In: **The Journal of Modern History** 61(4), 1989, p. 649-666.

\_\_\_\_\_. Uma resposta aos comentários sobre o *Geschichtliche Grundbegriffe*. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Puc-Rio, 2006b.

\_\_\_\_\_. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

\_\_\_\_\_. Crisis, In: *Geschichtliche Grundbegriff*. Tradução Richter, Melvin & Richter, Michaela, In: **Journal of the History of Ideas** - Volume 67, Number 2, April 2006c, pp. 343-356

\_\_\_\_\_. Introduction and Prefaces to the *Geschichtliche Grundbegriffe*. Tradução RICHTER, Michaela, In: **Contributions to the History of Concepts**, Vol.6, n. 1, 2011.

KUHN, T. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_, **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

\_\_\_\_\_, **O Caminho Desde a Estrutura**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_, **A Tensão Essencial**. Lisboa: Edições 70, 1989.

LE GOFF, J. As mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LEVINE, Joseph M. Intellectual History as History. **Journal of the History of Ideas**, vol. 66, Number 2, April 2005, p.189-200.

LOPES, Marcos Antônio (org.) **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

MAIA, C. A. “Por uma história das ciências efetivamente histórica: o combate por uma história sociológica”. In: **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, São Paulo, n. 7, 1992. p.47-52.

\_\_\_\_\_, **História das Ciências: uma história de historiadores ausentes**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

MANNHEIM, K.; MERTON, R. K.; WRIGHT MILLS, C. **Sociologia do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MITROVIC, Branko. Attribution of Concepts and Problems with Anachronism. In: **HistoryandTheory**, vol. 50 (October 2011), p. 303-327.

MOTZKIN, G. A intuição de Koselleck acerca do tempo da história. In: JASMIN, M. & FERES JÚNIOR, J. (orgs.) **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola, 2006.

NIGRO, Rachel. A virada linguístico-pragmática e o pós-positivismo, In: **Direito, Estado e Sociedade**, n.34, jan/jun 2009.

OLIVA, A. Existe uma só Ciência, a da Vida Social?, In: **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, v. 6, p. 5-14, 2007.

PARSONS, Jothan. Defining the History of Ideas, In: **Journal of the History of Ideas**, vol. 68, Number 4, October 2007, p. 683-699.

PALTI, José Eliás. Introducción, In: KOSELLECK, **Los Estratos del Tiempo: estudios sobre la historia**. Barcelona: Paidós, 2001.

PEREIRA, Luisa Rauter. O debate entre Hans-Georg Gadamer e Reinhart Koselleck a respeito do conhecimento histórico: ente tradição e objetividade. **História da Historiografia**, número 7, nov/dez, 2011, p. 245-265.

POCOCK, J. G. A Conceitos e Discursos: uma diferença cultural? Comentário sobre o paper de Melvin Richter. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Puc-Rio, 2006.

RAMOS, Antonio Gómez. Koselleck y la Begriffsgeschichte cuando el language se corta la historia. In: KOSELLECK, **historia/Historia**. Madri: MinimaTrotta, 2010.

RICHTER, Melvin; RICHTER, Michaela. Introduction: Translation of Reinhart Koselleck's "Krise," in *Geschichtliche Grundbegriffe*, In: **Journal of the History of Ideas**, Volume 67, Number 2, April 2006, pp. 343-356.

RICHTER, M. Mais do que uma via de mão dupla: analisando, traduzindo e comparando os conceitos políticos de outras culturas. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES Júnior, João (org.) **História dos conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio, 2007.

SCHNÄDELBACH, H. **Philosophy in Germany (1831-1933)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

STUMP, James B., History of Science through Koyre's Lenses. **Studies in History and Philosophy of Science**, Vol. 32, No. 2, pp. 243–263, 2001.

VAINFAS, R. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VERGARA, M. de R. Contexto e Conceitos: História da Ciência e Vulgarização Científica no Brasil do Século XIX. **Interciência**, v.33, n.5, maio de 2008.

VESSURI, H. Perspectivas recientes en el estudio social de la ciencia. **Fin de Siglo**, n.3, maio/junho 1992.

VILLACAÑAS, J. L.; ONCINA, F. Introducción, In: KOSELLECK, R.; GADAMER, H.-G. **Historia y Hermenéutica**. Barcelona:Paidós, 1997.

ZAMMITO, John. Koselleck's Philosophy of Historical Time(s) and The Practice of History. **History and Theory**, vol. 43 (February 2004), p. 124-135.

WHITE, H. **Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: EDUSP, 1994.